



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

2.º TRIMESTRE DE 2016



dezembro de 2016



FICHA TÉCNICA

“Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 2.º Trimestre de 2016”

é uma publicação da

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Presença na Internet: www.utam.pt

Na capa: Painéis da Escadaria Nobre do Ministério das Finanças (1950-54), que representam “as atividades nacionais que concorrem para as finanças públicas”, da autoria do pintor Joaquim Rebocho.



Índice

1	SUMÁRIO EXECUTIVO	7
2	ENQUADRAMENTO	9
3	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	10
3.1.	Resultado Líquido	10
3.2.	Endividamento	13
3.3.	EBITDA	16
3.4.	Volume de Negócios	19
3.5.	Gastos Operacionais	21
3.6.	Prazo Médio de Pagamentos	24
4	CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2015	27
5	ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO	29
5.1.	Liquidez	29
5.2.	Rentabilidade	31
5.3.	Endividamento	33
6	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	35
7	RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	41
8	UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	43
ANEXOS		45
A.	EMPRESAS CONSIDERADAS	45
B.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	46

**Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Setores de atividade	9
Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade.....	10
Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade	13
Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade	16
Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade.....	19
Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade.....	21
Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade	23
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2015 e junho 2016)	25
Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão.....	27
Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de junho de 2016.....	28
Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade.....	29
Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade.....	31
Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade.....	33
Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade (excluindo IGRF em processo de contencioso).....	36
Tabela 15 – Valor dos IGRF em processo de contencioso.....	36
Tabela 16 – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso)	37
Tabela 17 – Variação dos IGRF em processo de contencioso	38
Tabela 18 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade	39
Tabela 19 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade (processos em contencioso)	39
Tabela 20 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade	44
Tabela 21 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade	44
Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa	46
Tabela 23 – Endividamento por empresa	49
Tabela 24 – EBITDA por empresa	52
Tabela 25 – CMVMC por setor de atividade	55
Tabela 26 – FSE por setor de atividade	55
Tabela 27 – Gastos com Pessoal por setor de atividade	56
Tabela 28 – Administração Pública: estatísticas descritivas	57
Tabela 29 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas	57
Tabela 30 – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas	58
Tabela 31 – Construção: estatísticas descritivas	58
Tabela 32 – Cultura: estatísticas descritivas	59
Tabela 33 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas.....	59
Tabela 34 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas	60
Tabela 35 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas	60
Tabela 36 – Indústrias transformadoras: estatísticas descritivas	61
Tabela 37 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas	61
Tabela 38 – Saúde: estatísticas descritivas	62
Tabela 39 – Transportes e armazenagem: estatísticas descritivas	62



Índice de Figuras

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido	11
Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento	14
Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA.....	17
Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios	20
Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais	22
Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (junho 2015 – junho 2016).....	24
Figura 7 – Distribuição do PMP em junho de 2016.....	25
Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2016	28
Figura 9 – Curvas swap EUR e USD.....	40
Figura 10 – Evolução de volatilidade implícita em swaption 5y5y ATM	40
Figura 11 – Responsabilidades Contingentes por tipologia	41
Figura 12 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa	43



1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O *Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado (SEE)* – 2.º Trimestre de 2016 apresenta a situação económica e financeira das empresas públicas no segundo trimestre de 2016, através da evolução dos indicadores mais relevantes para este fim. Para o efeito as empresas públicas foram agregadas por setores de atividade, de acordo com a Classificação de Atividades Económicas (CAE), apresentando-se também, para os indicadores mais importantes, a informação detalhada por empresa. A apreciação da UTAM é feita, consoante o indicador, por comparação com a situação no final do segundo trimestre de 2015 (período homólogo), ou por comparação com os valores do final do ano anterior (o quarto trimestre de 2015).

Assim, em relação ao período homólogo deu-se uma melhoria do Resultado Líquido das empresas públicas em 104 milhões de euros (24%), para -333 milhões de euros, valor que excedeu os objetivos daquelas empresas, expressos nos seus planos de atividades e orçamentos, em 27 milhões de euros. As *Empresas Financeiras* apresentaram o maior aumento do Resultado Líquido, cerca 117 milhões de euros, superando a previsão em cerca de 143 milhões de euros, o que o levou a ser o setor com maior desvio positivo. Esta evolução foi influenciada sobretudo pelo desempenho da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. (Parpública), que neste primeiro semestre melhorou o seu resultado líquido em 118 milhões de euros face ao semestre homólogo de 2015. Seguiu-se-lhe a CP, com um aumento de mais de 41 milhões de euros. Por outro lado, o maior decréscimo no primeiro semestre de 2016, face ao período homólogo, foi registado pelo setor da *Saúde*, num total de 43 milhões de euros. O EBITDA teve, em termos homólogos, um aumento de 6%, ou seja, 28 milhões de euros, situando-se em 499 milhões de euros.

No tocante ao endividamento das empresas públicas, registou um aumento de 38 milhões de euros face ao final de 2015, o que representou uma quase estagnação, à semelhança do que já havia acontecido no primeiro trimestre.

O Volume de Negócios situou-se em 2,9 mil milhões de euros, portanto superior em 2,7 milhões de euros face ao segundo trimestre de 2015 – portanto, uma variação de 0%. Variação percentual nula tiveram também os Gastos Operacionais, que diminuíram 8,5 milhões de euros no mesmo período. Registaram-se aumentos significativos nos setores da *Saúde* (70 milhões de euros) e da *Informação e Comunicação* (11,5 milhões de euros), porém mais que compensados pelas reduções operadas nos setores da *Construção* e dos *Transportes e armazenagem*, em 50 e 49 milhões de euros, respetivamente.

O Prazo Médio de Pagamento (PMP) aumentou de 66 para 70 dias em termos homólogos. Os setores da *Construção* e dos *Transportes e armazenagem* tiveram ambos reduções significativas do PMP no período em análise, situando-se o primeiro, em junho de 2016, em 22 dias, o mais baixo observado. Aliás, à exceção do setor dos *Transportes e armazenagem* todos os demais registaram a manutenção ou aumento do PMP durante 2016.



No tocante aos objetivos de gestão para o ano de 2016, a atividade desenvolvida no segundo trimestre mostra que 86% das empresas públicas cumpriram as metas relativas ao endividamento, 29% as relativas ao EBITDA, 40% as referentes aos gastos operacionais e 59% as respeitantes ao objetivo de redução do seu prazo médio de pagamentos.

2 ENQUADRAMENTO

O presente Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado (SEE), referente ao período compreendido entre janeiro e junho de 2016, considera as empresas públicas que no último dia útil do mês de setembro¹ tinham inserido no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as demonstrações financeiras e demais informação económica à data de 30 de junho consideradas necessárias para a elaboração do mesmo².

Os setores de atividade considerados neste Boletim foram definidos tendo em conta a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE)³, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tal como apresentado na tabela seguinte.

Tabela 1 – Setores de atividade

Setor	Secção da CAE	Designação da CAE
Administração Pública	O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Agricultura e Pescas	A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Atividades Administrativas	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Construção	F	Construção
Cultura	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Empresas Financeiras	K	Atividades financeiras e de seguros
Empresas Imobiliárias	L	Atividades imobiliárias
Gestoras de Património	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Indústrias transformadoras	C	Indústrias transformadoras
Informação e Comunicação	J	Atividades de informação e de comunicação
Saúde	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Transportes e armazenagem	H	Transportes e armazenagem

No Anexo A encontram-se elencadas, por setor de atividade, as empresas do SEE consideradas neste Boletim.

¹ A data limite para as empresas inserirem no SiRIEF os dados da execução do segundo trimestre de 2016 era 31 de julho de 2016. Ainda assim, foram consideradas todas as empresas que inseriram os seus dados até ao dia 30 de setembro. Note-se que, por esta razão, o conjunto de empresas pode variar entre Boletins pelo que os valores para o período de comparação das várias rubricas apresentadas podem diferir dos valores reportados em Boletins Informativos anteriores a este.

² Foram utilizados os Balanços previsional e de execução trimestral referentes ao segundo trimestre de 2016, o Balanço de execução trimestral do último trimestre de 2015, as Demonstrações de Resultados previsional e de execução do segundo trimestre de 2016 e do trimestre homólogo, bem como o Prazo Médio de Pagamentos. Procedeu-se à correção de alguns dados e à exclusão de outros cuja validade não foi possível comprovar, pelo que o conjunto das empresas consideradas em cada vertente da análise pode variar.

³ Que pode ser consultada no sítio da internet do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, em <http://www.sicae.pt/>.

3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Nesta secção é apresentado o desempenho operacional e financeiro das empresas públicas, agrupadas em setores de atividade. Foram consideradas duas vertentes de análise:

- Cálculo de desvios face à previsão⁴, de forma a avaliar a implementação dos Planos de Atividades e Orçamentos por parte das empresas públicas. Procedeu-se à comparação entre a previsão relativa ao primeiro semestre de 2016 (2016P nas tabelas abaixo) e o valor executado no mesmo período (2016E nas mesmas tabelas), para cada um dos indicadores considerados;
- Avaliação da evolução face ao ano anterior, comparando-se o valor executado até ao final do segundo trimestre de 2016 com o verificado no período de referência⁵.

3.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido das empresas públicas no primeiro semestre de 2016 foi de -333 milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 27 milhões de euros. Aquele resultado representou também um acréscimo de 24%, cerca de 104 milhões de euros, face ao mesmo período de 2015. A tabela seguinte apresenta o Resultado Líquido realizado pelas empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015 Δ (2016/2015)		
	Execução (2016E) [1]	Previsão (2016P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	7.847	-390	8.236	2.114%	10.678	-2.831	-27%
Agricultura e Pescas	360	743	-383	-52%	801	-441	-55%
Atividades Administrativas	401	236	165	70%	369	32	9%
Construção	-9.637	-3.136	-6.501	-207%	-6.258	-3.379	-54%
Cultura	3.554	869	2.685	309%	2.642	911	34%
Empresas Financeiras	74.863	-68.142	143.005	210%	-42.177	117.040	277%
Empresas Imobiliárias	15.738	6.020	9.718	161%	13.763	1.975	14%
Gestoras de património	-52.127	-24.221	-27.906	-115%	-49.148	-2.979	-6%
Indústrias transformadoras	10.127	5.471	4.656	85%	8.056	2.070	26%
Informação e Comunicação	804	2.651	-1.847	-70%	5.006	-4.202	-84%
Saúde	-130.208	-108.535	-21.672	-20%	-87.179	-43.029	-49%
Transportes e armazenagem	-254.469	-190.909	-63.560	-33%	-293.484	39.015	13%
Total	-332.748	-359.317	26.569	7%	-436.929	104.181	24%

Fonte: SiRIEF

⁴ Por previsão entendem-se os valores constantes dos Planos de Atividades e Orçamentos das empresas públicas, aprovados ou propostos e inseridos em SiRIEF. Quando os valores se referem apenas ao final do ano para obter os desvios de previsão (para o período de janeiro a junho) assumiu-se uma evolução constante das rubricas ao longo do ano.

⁵ Considerou-se o segundo trimestre de 2015 para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2015 para a análise de indicadores do Balanço (stocks).

Quanto ao desvio de previsão face aos orçamentos das empresas, o Resultado Líquido do setor das *Empresas Financeiras* superou a previsão em cerca de 143 milhões de euros, tendo sido o setor com maior desvio positivo. Este setor apresentou também o maior acréscimo do Resultado Líquido, face ao período homólogo, na ordem dos 117 milhões de euros, influenciado maioritariamente pelo desempenho da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. (Parpública).

Por outro lado, o setor dos *Transportes e armazenagem* registou o maior desvio de previsão negativo face ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas, cerca de 64 milhões de euros. No que diz respeito ao maior decréscimo no primeiro semestre de 2016 face ao período homólogo, esse foi registado pelo setor da *Saúde*, em cerca de 43 milhões de euros.

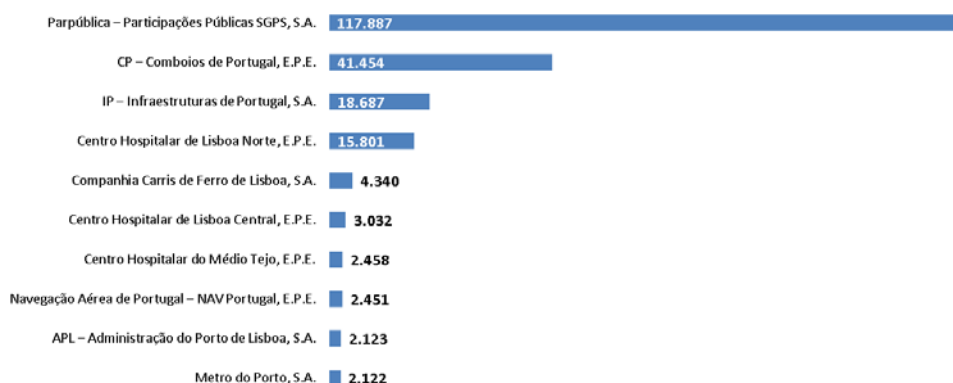
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do Resultado Líquido nos primeiros seis meses de 2016, face ao período homólogo.

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido

Unidade: Milhares de euros

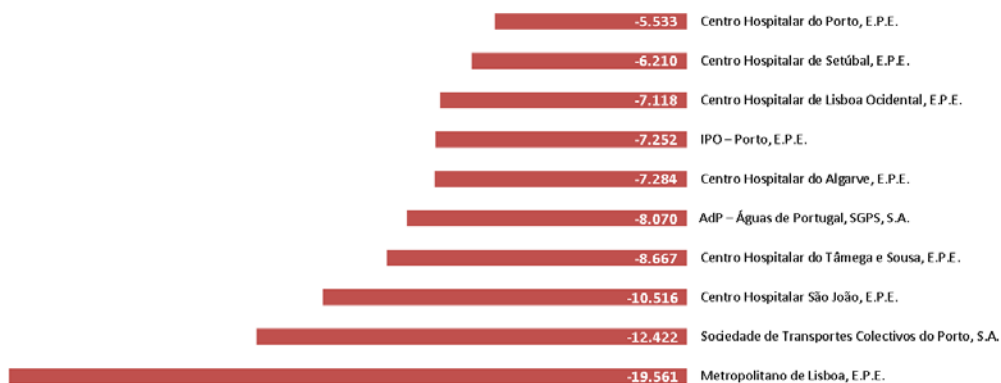
RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Resultado Líquido



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do Resultado Líquido



Fonte: SIREF



A melhoria significativa do Resultado Líquido da Parpública face ao período homólogo, deveu-se em grande parte à melhoria do EBITDA, em cerca de 114 milhões de euros, explicitada com maior detalhe na secção 3.3. No que se refere ao Resultado Financeiro assistiu-se a uma melhoria de cerca de 4 milhões de euros, face ao mesmo período. No caso da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP), a melhoria do Resultado Líquido deveu-se, por um lado, também à melhoria do EBITDA, em cerca de 27 milhões de euros, explicitada com maior detalhe na secção 3.3, e por outro lado ao desempenho da rubrica de “*Juros e gastos similares suportados*” que registou uma diminuição de cerca de 14 milhões de euros. Esta evolução decorreu da diminuição da dívida da CP ao longo do exercício de 2015. Ainda assim, e apesar do referido acréscimo, a empresa apresentou um Resultado Líquido negativo em cerca de 74 milhões de euros.

A Metropolitano de Lisboa, E.P.E. evidenciou o maior decréscimo do Resultado Líquido, de aproximadamente 20 milhões de euros. Esta diminuição deveu-se em grande parte à deterioração do EBITDA da empresa, em cerca de 19 milhões de euros, explicitada em melhor detalhe na secção 3.3.

O Resultado Líquido por empresa pode ser consultado na Tabela 22 do Anexo B.

3.2. Endividamento

O endividamento⁶ das empresas públicas no final do primeiro semestre de 2016 ascendeu a cerca de 32 mil milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 2,4 mil milhões de euros, ou seja, 8%; mesmo assim, manteve-se ao nível do montante registado no final do exercício de 2015 – um aumento de apenas 38 milhões de euros, 0%. A tabela seguinte apresenta o nível de endividamento das empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	1.118.461	1.136.709	-18.247	-2%	1.108.839	9.623	1%	
Agricultura e Pescas	0	0	0		0	0		
Atividades Administrativas	63.641	60.690	2.951	5%	62.440	1.201	2%	
Construção	710.817	710.650	167	0%	729.600	-18.784	-3%	
Cultura	1.063	1.755	-692	-39%	1.121	-58	-5%	
Empresas Financeiras	4.095.440	3.977.845	117.594	3%	4.051.372	44.067	1%	
Empresas Imobiliárias	299.597	327.282	-27.685	-8%	355.696	-56.099	-16%	
Gestoras de Património	5.439.360	5.305.628	133.731	3%	5.304.551	134.808	3%	
Indústrias transformadoras	0	0	0		0	0		
Informação e Comunicação	113.680	116.123	-2.442	-2%	97.652	16.028	16%	
Saúde	235	168	67	40%	235	0	0%	
Transportes e armazenagem	20.154.338	17.919.635	2.234.703	12%	20.246.641	-92.304	-0%	
Total	31.996.631	29.556.484	2.440.147	8%	31.958.148	38.483	0%	

Fonte: SiRIEF

Os maiores desvios de previsão face aos orçamentos das empresas verificaram-se nos setores dos *Transportes e armazenagem*, das *Gestoras de Património* e das *Empresas Financeiras*, cujo endividamento foi superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 2,2 mil milhões de euros⁷, 134 milhões de euros e 118 milhões de euros, respetivamente.

No que respeita à evolução face ao final de 2015, o maior acréscimo foi o apresentado pelo setor das *Gestoras de Património*, de aproximadamente 135 milhões de euros. Os setores dos *Transportes e armazenagem* e das *Empresas Imobiliárias* registaram diminuições do seu

⁶ Entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

⁷ Este desvio decorreu maioritariamente da IP, que apenas insere em SiRIEF a estimativa anual para 2016, no caso do stock de dívida remunerada de aproximadamente 4,3 mil milhões de euros. Assumindo uma evolução constante da rubrica ao longo do ano, a junho de 2016 seria expectável uma diminuição próxima de 2 mil milhões de euros, face a 31 de dezembro de 2015, no entanto, a rubrica de financiamentos obtidos aumentou cerca de 8 milhões de euros desde o final de 2015.

nível de endividamento de cerca de 92 e 56 milhões de euros, respetivamente, tendo sido estes os decréscimos mais expressivos no primeiro semestre do exercício corrente.

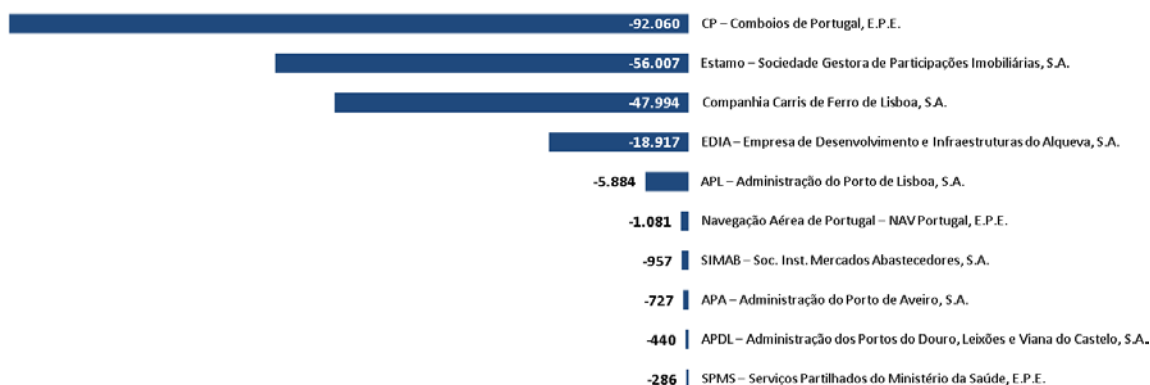
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do endividamento até ao final do primeiro semestre de 2016, face ao final do ano de 2015.

Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento

Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do Endividamento



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Endividamento



Fonte: SiRIEF

O maior decréscimo de endividamento no primeiro semestre de 2016 foi registado CP, de cerca de 92 milhões de euros, por via de aumento de capital do acionista. O segundo maior decréscimo desta rubrica neste período foi registado pela Estamo – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A. (ESTAMO). Note-se ainda a redução da dívida financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris), de cerca de 48 milhões de euros, entre dezembro de 2015 e junho de 2016, conseguida através da amortização de financiamentos contratados junto da banca comercial, para os quais a Carris recebeu dotações de capital, em numerário. Já durante o primeiro trimestre a empresa tinha reduzido o seu



endividamento em cerca de 34 milhões pelo que a redução desta rubrica entre março e junho de 2016 foi de aproximadamente 14 milhões de euros.

O maior aumento de endividamento no primeiro semestre de 2016 foi registado pela AdP – Águas de Portugal, S.A. (AdP), em cerca de 70 milhões de euros. Este decorreu de um empréstimo obrigacionista de 75 milhões de euros subscrito pela empresa no primeiro trimestre, para amortizar dívida das suas empresas participadas. A PARVALOREM, S.A. (PARVALOREM) e a Parpública tiveram os segundo e terceiro maiores aumentos, em cerca de 62 milhões de euros e 44 milhões de euros, respetivamente.

O endividamento por empresa pode ser consultado na Tabela 23 do Anexo B.

3.3. EBITDA

O EBITDA das empresas públicas ascendeu a cerca de 499 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2016, valor superior ao expresso nos orçamentos das empresas em aproximadamente 84 milhões de euros. Relativamente ao período homólogo, o EBITDA registou um acréscimo na ordem dos 28 milhões de euros (6%). O EBITDA das empresas públicas é o apresentado na tabela seguinte, por setor de atividade.

Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	54.735	51.380	3.356	7%	57.987	-3.252	-6%	
Agricultura e Pescas	2.648	2.875	-227	-8%	2.850	-202	-7%	
Atividades Administrativas	4.126	3.909	217	6%	4.162	-35	-1%	
Construção	5.100	2.082	3.018	145%	4.857	243	5%	
Cultura	4.042	3.180	861	27%	3.127	915	29%	
Empresas Financeiras	170.416	26.662	143.755	539%	57.451	112.966	197%	
Empresas Imobiliárias	25.991	12.751	13.240	104%	23.599	2.393	10%	
Gestoras de património	-13.928	-17.643	3.715	21%	-14.843	915	6%	
Indústrias transformadoras	16.021	9.931	6.090	61%	13.498	2.523	19%	
Informação e Comunicação	6.030	8.212	-2.182	-27%	10.707	-4.676	-44%	
Saúde	-81.035	-58.815	-22.220	-38%	-36.391	-44.645	-123%	
Transportes e armazenagem	304.507	370.277	-65.770	-18%	343.752	-39.245	-11%	
Total	498.653	414.802	83.852	20%	470.755	27.899	6%	

Fonte: SiRIEF

O maior desvio positivo face aos orçamentos das empresas verificou-se no setor das *Empresas Financeiras*, na circunstância da ordem dos 144 milhões de euros. O setor das *Empresas Financeiras* apresentou também a melhoria mais significativa do EBITDA, face ao período homólogo, de cerca de 113 milhões de euros, devida em grande parte à evolução do EBITDA da Parpública.

O maior desvio negativo face ao proposto nos orçamentos das empresas foi o apresentado pelo setor dos *Transportes e armazenagem*, de aproximadamente 66 milhões de euros. Este setor apresentou também o segundo maior decréscimo do EBITDA face ao período homólogo, na ordem dos 39 milhões de euros, apenas menor que o decréscimo apresentado pelo setor da *Saúde*, da ordem dos 45 milhões de euros.

Relembre-se que, apesar de apresentar uma diminuição de cerca de 39 milhões de euros do seu EBITDA, o setor dos *Transportes e armazenagem* apresentou, como referido na secção 3.1, um aumento do Resultado Líquido de cerca de 39 milhões de euros, o que evidencia o acréscimo significativo dos Resultados Financeiros do setor em causa.

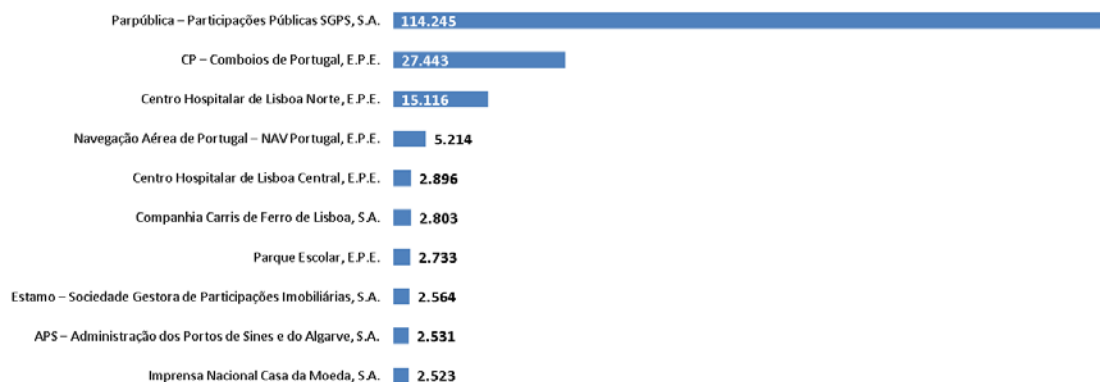
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do EBITDA no primeiro semestre de 2016, face ao período homólogo.

Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA

Unidade: Milhares de euros

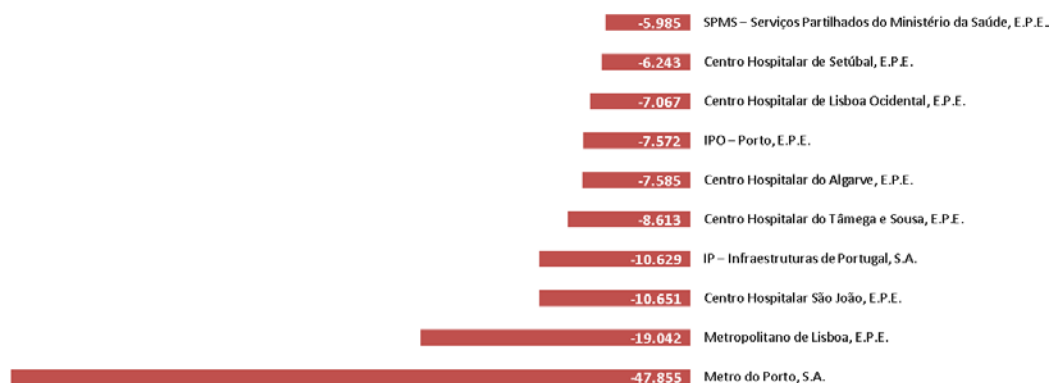
RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do EBITDA



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do EBITDA



Fonte: SiRIEF

A Parpública registou o maior acréscimo do EBITDA no primeiro semestre de 2016 face ao período homólogo, de cerca de 114 milhões de euros. Este aumento deveu-se essencialmente aos seguintes fatores: i) no primeiro semestre de 2016 não foram registadas provisões, ao contrário do sucedido no período homólogo em que a empresa apresentou imparidades no valor de 116 milhões de euros por força dos capitais próprios negativos da TAP (provisão entretanto revertida); ii) a empresa registou um aumento dos dividendos obtidos das suas participadas de cerca de 21 milhões de euros, explicado em grande parte pelo dividendo distribuído pela sua subsidiária AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), superior ao dos últimos anos. Em sentido contrário, no primeiro semestre de 2016, o aumento de justo valor dos ativos financeiros registado pela empresa foi inferior ao apresentado no primeiro semestre de 2015 em cerca de 56 milhões de euros.



A CP, apesar de ter apresentado uma diminuição do Volume de Negócios em cerca de 3 milhões de euros, registou também um aumento significativo do EBITDA no primeiro semestre de 2016. Esta evolução decorre em grande parte pela redução no registo de imparidades em 2016 face ao período homólogo, de cerca de 21 milhões de euros bem como pelo aumento dos outros rendimentos e ganhos decorrentes da reclassificação por impostos diferidos.

O EBITDA da Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto) registou o maior decréscimo, de aproximadamente 48 milhões de euros, no primeiro semestre de 2016 face ao reportado para o mesmo período de 2015. Tal deveu-se essencialmente a variações negativas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados de cerca de 24 milhões de euros. Note-se que no mesmo período de 2015 a Metro do Porto registou variações positivas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados de cerca de 28 milhões de euros. Assim, este efeito explicaria, mantendo tudo o resto constante, uma redução do EBITDA de aproximadamente 52 milhões de euros.

O EBITDA por empresa pode ser consultado na Tabela 24 do Anexo B.

3.4. Volume de Negócios

O Volume de Negócios das empresas públicas no primeiro semestre do ano de 2016 foi de 2,9 mil milhões de euros, montante inferior em aproximadamente 124 milhões de euros ao previsto nos respetivos orçamentos. O Volume de Negócios das empresas públicas manteve-se ao nível do montante registado no período homólogo (aumento de aproximadamente 3 milhões de euros, 0%). O Volume de Negócios para cada setor de atividade pode ser consultado na tabela seguinte.

Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	54.366	60.150	-5.784	-10%	67.877	-13.511	-20%	
Agricultura e Pescas	12.948	14.098	-1.150	-8%	13.594	-645	-5%	
Atividades Administrativas	3.817	3.817	0	0%	3.817	0	0%	
Construção	11.130	10.515	614	6%	10.530	600	6%	
Cultura	14.622	12.935	1.687	13%	12.841	1.781	14%	
Empresas Financeiras	3.379	3.233	146	5%	3.363	16	0%	
Empresas Imobiliárias	83.906	56.397	27.509	49%	67.936	15.970	24%	
Gestoras de Património	23.078	21.030	2.048	10%	12.710	10.368	82%	
Indústrias transformadoras	46.776	45.852	924	2%	42.643	4.133	10%	
Informação e Comunicação	113.217	120.377	-7.160	-6%	112.380	837	1%	
Saúde	1.595.720	1.661.646	-65.925	-4%	1.563.583	32.137	2%	
Transportes e armazenagem	973.478	1.049.893	-76.415	-7%	1.022.472	-48.994	-5%	
Total	2.936.437	3.059.943	-123.506	-4%	2.933.745	2.692	0%	

Fonte: SIREF

O Volume de Negócios do setor dos *Transportes e armazenagem* foi inferior ao previsto nos orçamentos das empresas em 76 milhões de euros. O mesmo setor apresentou ainda o maior decréscimo do indicador face ao período homólogo, num montante de 49 milhões de euros. O setor da *Administração Pública* apresentou o segundo maior decréscimo do Volume de Negócios, de aproximadamente 14 milhões de euros, em termos homólogos. O setor da *Saúde*, embora tenha apresentado o segundo maior desvio negativo face ao previsto nos orçamentos das empresas, registou o maior crescimento do Volume de Negócios, na ordem dos 32 milhões de euros.

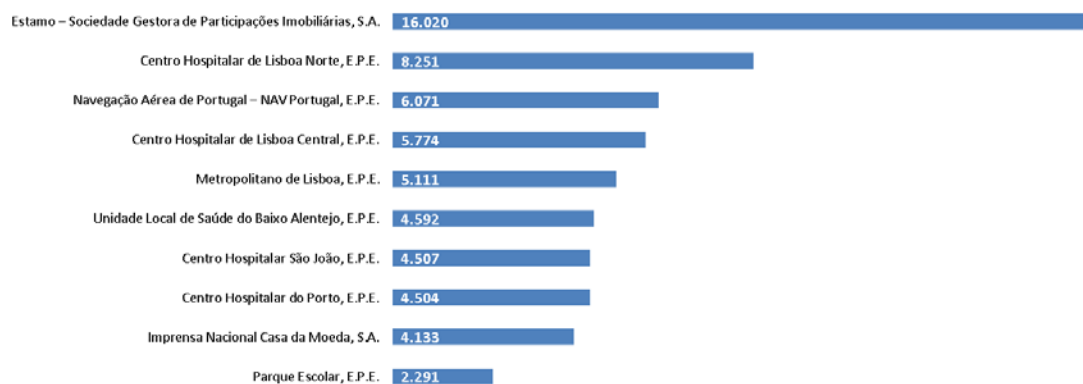
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do Volume de Negócios no primeiro semestre de 2016, face ao período homólogo.

Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios

Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Volume de Negócios

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do Volume de Negócios



Fonte: SiRIEF

A ESTAMO registou o maior aumento do Volume de Negócios face ao verificado no período homólogo, de cerca de 16 milhões de euros, seguida do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E., com cerca de 8 milhões de euros. O maior decréscimo do Volume de Negócios, de cerca de 58 milhões de euros, foi registado pela IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP). Esta evolução deveu-se essencialmente à diminuição dos rendimentos associados aos contratos de construção por força do decréscimo da atividade de construção rodoviária, que em 2015 tinha sido impactada positivamente pela construção do Túnel do Marão.

O decréscimo do Volume de Negócios da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS) decorreu do facto de a SPMS não ter ainda, à data de fecho do primeiro semestre, faturado à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. os valores referentes a esse semestre.

3.5. Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais⁸ das empresas públicas totalizaram 2,7 mil milhões de euros entre janeiro e junho de 2016, cerca de 186 milhões de euros abaixo da previsão registada nos orçamentos das empresas e 9 milhões de euros abaixo do verificado no período homólogo. A tabela seguinte apresenta os Gastos Operacionais para cada setor de atividade.

Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	22.226	27.098	-4.872	-18%	17.905	4.321	24%	
Agricultura e Pescas	14.218	15.569	-1.351	-9%	15.005	-787	-5%	
Atividades Administrativas	13	16	-3	-17%	11	2	18%	
Construção	18.420	27.046	-8.626	-32%	68.687	-50.268	-73%	
Cultura	21.021	20.935	86	0%	20.664	357	2%	
Empresas Financeiras	4.261	6.163	-1.901	-31%	5.373	-1.112	-21%	
Empresas Imobiliárias	58.613	42.690	15.923	37%	53.404	5.209	10%	
Gestoras de Património	34.174	36.037	-1.863	-5%	33.140	1.034	3%	
Indústrias transformadoras	30.823	32.097	-1.274	-4%	29.881	942	3%	
Informação e Comunicação	107.869	110.335	-2.465	-2%	96.321	11.549	12%	
Saúde	1.741.187	1.804.940	-63.753	-4%	1.671.556	69.632	4%	
Transportes e armazenagem	686.651	802.961	-116.310	-14%	736.051	-49.400	-7%	
Total	2.739.477	2.925.885	-186.408	-6%	2.747.999	-8.522	0%	

Fonte: SiRIEF

O setor da *Saúde* registou o maior crescimento de gastos operacionais, de aproximadamente 70 milhões de euros, face ao registado no período homólogo, situando-se ainda assim cerca de 64 milhões de euros abaixo do previsto nos orçamentos das empresas.

Por outro lado, o setor da *Construção* registou um decréscimo significativo dos seus gastos operacionais face ao período homólogo de aproximadamente 50 milhões de euros. Adicionalmente, o setor dos *Transportes e armazenagem* diminuiu os seus gastos em cerca de 49 milhões de euros. Saliente-se que este setor apresentou gastos operacionais inferiores ao previsto nos respetivos orçamentos das empresas em cerca de 116 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita dos Gastos Operacionais no primeiro semestre de 2016, face ao período homólogo.

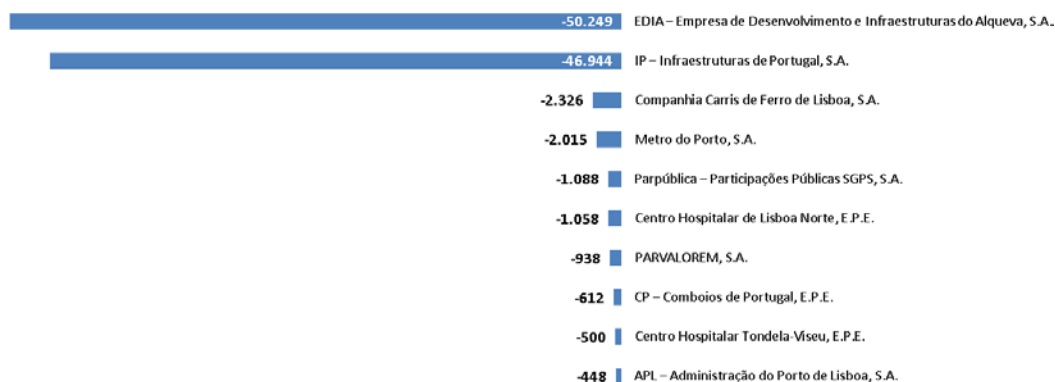
⁸ Entende-se por Gastos Operacionais a soma dos CMVMC, dos FSE e dos Gastos com Pessoal.

Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais

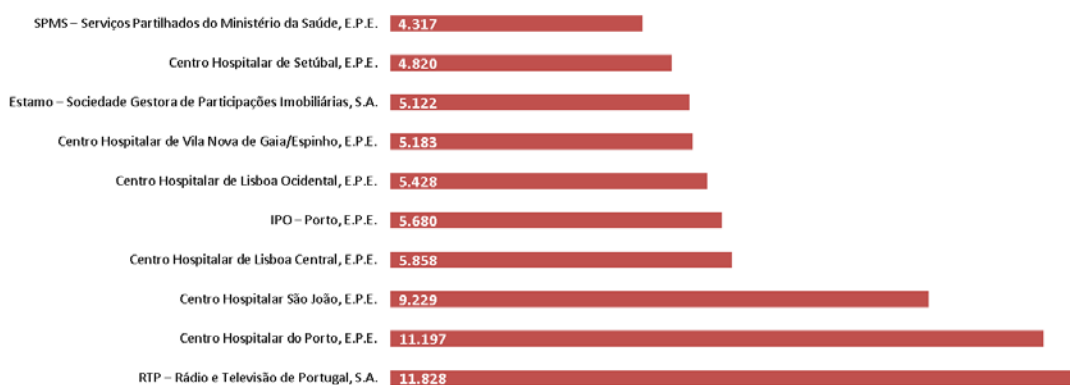
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo de Gastos Operacionais

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior acréscimo de Gastos Operacionais



Fonte: SiRIEF

O maior decréscimo de Gastos Operacionais foi registado pela EDIA, de cerca de 50 milhões de euros. A IP diminuiu também os seus Gastos Operacionais em cerca de 47 milhões de euros, por via dos CMVMC, e em particular aos gastos associados a “*Novas Infraestruturas Rodoviárias*”. Note-se que, conforme referido pela empresa no seu relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2016, “*a diferença verificada (...) deve-se essencialmente à conclusão da construção do Túnel do Marão*”.

O maior acréscimo de gastos foi registado pela RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP), de cerca de 12 milhões de euros, por via dos CMVMC devido à incorporação, à data, de parte do custo do evento EURO 2016. O Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. registou o segundo maior acréscimo de gastos, de cerca de 11 milhões de euros, sendo a maioria destes por via dos CMVMC, em particular com os encargos com medicamentos.

O detalhe das rubricas que compõem os Gastos Operacionais por setor de atividade pode ser consultado na Tabela 25, Tabela 26 e Tabela 27 do Anexo B.

Adicionalmente, e considerando que as diversas empresas operam em escalas diferentes, procedeu-se à análise do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios.

Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade

Setor	Rácio dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios		
	T2 2016	T2 2015	Variação
Administração Pública	0,409	0,264	0,145
Agricultura e Pescas	1,098	1,104	-0,006
Atividades Administrativas	0,003	0,003	0,001
Construção	1,655	6,523	-4,868
Cultura	1,438	1,609	-0,172
Empresas Financeiras	1,261	1,598	-0,337
Empresas Imobiliárias	0,699	0,786	-0,088
Gestoras de Património	1,481	2,607	-1,127
Indústrias transformadoras	0,659	0,701	-0,042
Informação e Comunicação	0,953	0,857	0,096
Saúde	1,091	1,069	0,022
Transportes e armazenagem	0,705	0,720	-0,015
Total	0,933	0,937	-0,004

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios no segundo trimestre de 2016 foi inferior em cerca de 0,4 pontos percentuais (p.p.) face ao registado no mesmo período em 2015. Seis dos setores em análise apresentaram Gastos Operacionais superiores ao respetivo Volume de Negócios.

Destaca-se o setor da *Construção* cujos Gastos Operacionais no segundo trimestre de 2016 superaram em aproximadamente 0,7 vezes o respetivo Volume de Negócios, revelando uma diminuição significativa face ao período homólogo. No caso das *Gestoras de Património*, setor onde detêm um peso considerável as sociedades PARUPS, S.A. (PARUPS) e PARVALOREM, constituídas com o objetivo de recuperar a carteira de créditos e o património adquiridos no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A., é importante referir a elevada imprevisibilidade das condições de alienação dos seus ativos e a dificuldade em encontrar potenciais compradores, cujas propostas de compra permitam compensar no trimestre a totalidade dos encargos suportados com estes ativos que incluem despesas judiciais, custos de manutenção e reparação, custos processuais e comissões de intermediação imobiliária, entre outros.

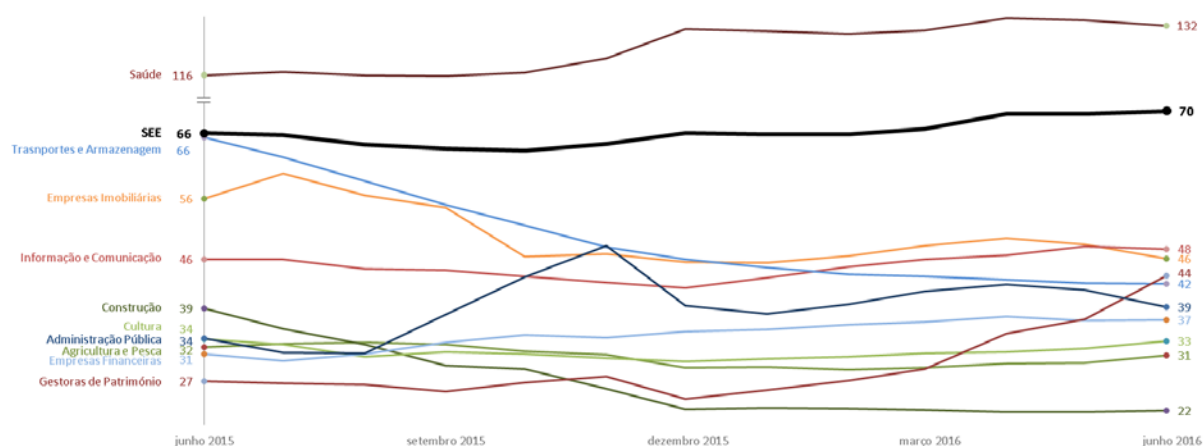
No caso do setor das *Cultura*, o elevado peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios, que apresentou uma diminuição face ao período homólogo, justificou-se pelo facto de a estrutura de gastos das empresas deste setor ser tipicamente financiada através de fundos que incluem não só as vendas e serviços prestados, contabilizados como Volume de Negócios, bem como os subsídios atribuídos pelo Estado.

3.6. Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 veio concretizar o objetivo de redução dos prazos de pagamento de forma a “assegurar um comportamento exemplar das entidades públicas na regularização dos compromissos de natureza comercial”. Assim, a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a regularização de pagamentos em atraso são objetivos estabelecidos para as empresas públicas.

A figura seguinte ilustra a evolução do PMP mensal no período compreendido entre junho de 2015 e junho de 2016, por setor de atividade⁹.

Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (junho 2015 – junho 2016)



Em termos globais, as empresas públicas registaram um PMP com trajetória ascendente entre junho de 2015 e junho de 2016, que se situou numa média de 70 dias no final do período considerado. Este valor resultou principalmente do setor da *Saúde*, visto que todos os outros setores estão abaixo da referida média.

O setor da *Construção* foi o que apresentou a média de PMP mais baixa, de aproximadamente 22 dias. De notar ainda o setor dos *Transportes e armazenagem*, com uma redução significativa do PMP no período em análise. Este decréscimo deveu-se em grande parte à CP, que diminuiu o seu PMP de 179 dias em junho de 2015 para 45 dias em junho de 2016.

Também os setores da *Agricultura e Pescas* e da *Cultura* registaram PMP reduzidos (com média de 31 e 33 dias, respetivamente) e relativamente estáveis ao longo do período em análise. Até outubro de 2015 o setor das *Gestoras de Património* foi o que apresentou o PMP mais baixo. A partir de novembro de 2015, o PMP deste setor inverteu a sua tendência decrescente, passando o setor da *Construção* a apresentar o PMP mais baixo para o período subsequente.

⁹ O PMP para um setor de atividade corresponde à média dos PMP das empresas que compõem o setor em causa.

Procede-se de seguida a uma análise mais detalhada da evolução dos PMP durante os primeiros seis meses de 2016.

Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2015 e junho 2016)

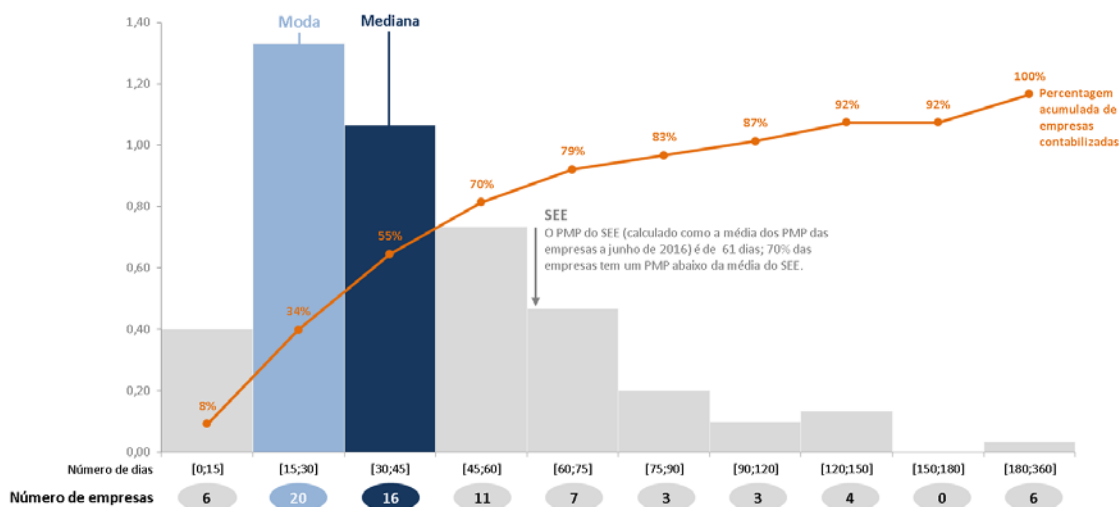
Unidade: dias

Sector	dezembro 2015	junho 2016	Varição
Administração Pública	39	39	0
Agricultura e Pescas	29	31	2
Construção	22	22	0
Cultura	30	33	3
Empresas Financeiras	35	37	2
Empresas Imobiliárias	46	46	0
Gestoras de Património	24	44	20
Informação e Comunicação	42	48	6
Saúde	131	132	1
Transportes e armazenagem	46	42	-4
SEE	67	70	3

À exceção dos *Transportes e armazenagem*, todos os setores de atividade aumentaram ou mantiveram o seu PMP. Os maiores acréscimos verificaram-se nos setores das *Gestoras de Património* (20 dias) e da *Informação e Comunicação* (6 dias). O setor da *Saúde* registou o PMP mais elevado de junho de 2016, com uma média de 132 dias. Em termos globais, o PMP das empresas públicas aumentou para 70 dias.

A figura seguinte caracteriza a distribuição do PMP em junho de 2016. Sublinhe-se que foram consideradas nesta análise todas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao mês de junho de 2016, num total de 76 empresas.

Figura 7 – Distribuição do PMP em junho de 2016



Fonte: SiRIEF



Das 76 empresas públicas consideradas, 26 tiveram um PMP inferior a um mês. A distribuição apresenta um enviesamento positivo, uma vez que cerca de 70% das empresas apresentaram um PMP inferior à média de 61 dias registada no mês de junho.

4 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2015

Nesta secção verifica-se se os resultados obtidos pelas empresas no primeiro semestre de 2016 indiciam o cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2016. Estes objetivos, apresentados na tabela seguinte, têm por base as instruções da DGTF para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano em apreço. Deve contudo salientar-se que tais indicações são referentes a objetivos a cumprir até ao final do exercício. Como tal, ajustou-se o limite anual de 3% definido nas instruções a propósito aumento do endividamento para um limite em três meses de aproximadamente 1,49%. Este valor foi calculado de acordo com um pressuposto de aumento do endividamento a uma taxa constante ao longo do ano¹⁰.

Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

Indicador		Objetivo
(1)	Endividamento ¹¹	O aumento do endividamento de janeiro a junho de 2016 deve ser inferior a 1,49%.
(2)	EBITDA	As empresas com EBITDA negativo até 30 de junho de 2015 devem apresentar um EBITDA nulo ou positivo.
		As empresas com EBITDA positivo até 30 de junho de 2015 devem apresentar um EBITDA superior a este.
(3)	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios	O peso dos Gastos Operacionais das empresas face ao respetivo Volume de Negócios deve ser reduzido face ao rácio apresentado a 30 de junho de 2015.
(4)	Prazo Médio de Pagamentos	Para empresas com PMP superior ou igual a 45 dias em 2015: Redução do PMP superior a 25% do valor em 2015 (cumprimento excecional) ou entre 15% e 25% (cumprimento).
		Para empresas com PMP inferior a 45 dias em 2015: Redução do PMP para um valor inferior a 30 dias (cumprimento excecional) ou entre 30 e 40 dias (cumprimento).

É seguidamente apresentada a tabela com o número de empresas que cumpriram os objetivos supramencionados.

¹⁰ De notar que $(1 + r)^2 = 1,03$ (sendo r a taxa considerada para seis meses) pelo que $r = 0,1489$.

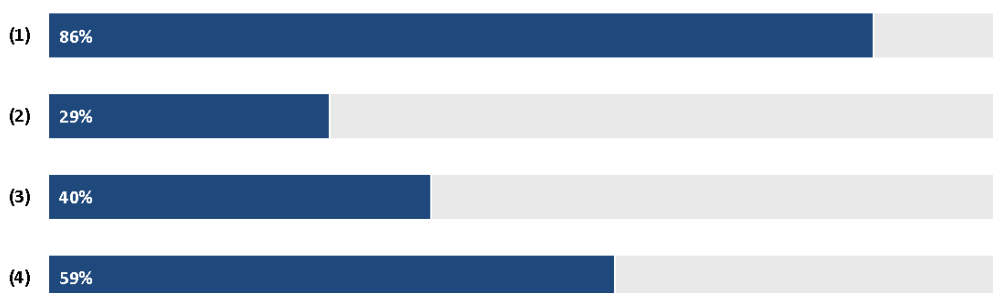
¹¹ À semelhança do referido na secção anterior entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de junho de 2016

		Objetivo			
		(1)	(2)	(3)	(4)
Nº de empresas¹²	Excedem				26
	Cumprem	25	20	16	19
	Não Cumprem	4	48	24	31
Taxa	Cumprimento	86%	29%	40%	59%
	Incumprimento	14%	71%	60%	41%

Fonte: SiRIEF

A figura seguinte ilustra o grau de cumprimento dos objetivos anteriormente apresentados.

Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2016


Fonte: SiRIEF

Constata-se que o maior grau de incumprimento ocorreu no objetivo (2), ou seja, o objetivo referente ao crescimento do EBITDA. Por outro lado, 86% das empresas públicas cumpriram o objetivo (1), ou seja, o relativo à evolução do nível de endividamento.

¹² O número de empresas avaliadas em cada objetivo difere, uma vez que cada empresa está sujeita a diferentes objetivos de gestão, consoante os seus resultados em 2015.

5 ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Nesta secção procedeu-se à análise do desempenho financeiro das empresas públicas no primeiro semestre de 2016, através de indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Recorreu-se, sempre que possível, à utilização de rácios financeiros, por forma a promover uma maior comparabilidade entre setores. Recorde-se que, para efeitos de comparação face ao ano anterior, considerou-se como período de referência o período homólogo para análise de indicadores da Demonstração de Resultados e o final do exercício de 2015 para a análise de indicadores do Balanço.

5.1. Liquidez

A tabela seguinte apresenta indicadores que permitem avaliar os resultados gerados pelas empresas públicas no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo. São apresentados os seguintes indicadores: *Cash Flow*¹³, Fundo de Maneio¹⁴ e Liquidez Geral¹⁵.

Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	<i>Cash Flow</i> (Milhares de euros)		Fundo de Maneio (Milhares de euros)		Liquidez Geral	
	T2 2016	T2 2015	T2 2016	T4 2015	T2 2016	T4 2015
Administração Pública	47.748	48.355	12.338	-36.963	1,094	0,749
Agricultura e Pescas	2.784	2.871	16.929	16.437	2,004	2,373
Atividades Administrativas	2.891	2.859	12.980	10.089	9,616	5,057
Construção	4.834	4.480	194.595	268.625	3,282	4,629
Cultura	3.920	2.899	5.938	3.415	1,431	1,257
Empresas Financeiras	46.783	77.995	-971.663	-950.821	0,144	0,127
Empresas Imobiliárias	16.086	14.296	940.784	941.471	17,665	8,952
Gestoras de Património	-60.675	-88.836	-578.141	695.400	0,657	2,761
Indústrias transformadoras	11.035	10.332	56.220	61.431	4,779	6,366
Informação e Comunicação	3.752	12.467	-136.372	-133.010	0,407	0,394
Saúde	-80.593	-38.640	-764.870	-651.997	0,844	0,807
Transportes e armazenagem	70.329	47.396	-25.739	107.115	0,997	1,014
Total	68.894	96.475	-1.237.001	331.191	0,940	1,028

Fonte: SiRIEF

O *Cash Flow* é uma medida aproximada do montante de autofinanciamento gerado no exercício. No primeiro semestre de 2016, o *Cash Flow* realizado pelas empresas públicas totalizou cerca de 69 milhões de euros, apresentando um decréscimo de cerca de 28 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado refletiu essencialmente a perda de 42 e

¹³ Cash Flow = Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações + Provisões e Imparidades

¹⁴ Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente

¹⁵ Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente



31 milhões de euros registado nos setores da *Saúde* e das *Empresas Financeiras*, respetivamente, compensado em parte pelo ganho de 28 e 23 milhões de euros registado nos setores das *Gestoras de Património* e dos *Transportes e armazenagem*, respetivamente.

Em termos globais, o Fundo de Maneio foi negativo em aproximadamente 1,2 mil milhões de euros para o total das empresas públicas, pelo que o Passivo Corrente superou o Ativo Corrente neste montante. Face ao último trimestre de 2015 verificou-se uma diminuição de liquidez de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros. Destacam-se cinco setores com fundo de maneio negativo, tendo o setor das *Gestoras de Património* sofrido um agravamento muito significativo face ao último trimestre de 2015, no montante de 1,3 mil milhões de euros. Este agravamento deveu-se essencialmente à transferência de financiamentos obtidos da rubrica do passivo não corrente para a constante do passivo corrente por parte da PARVALOREM, do primeiro para o segundo trimestre de 2016.

Para facilitar a comparação entre setores, procedeu-se ao cálculo do rácio de Liquidez Geral. Do valor observado para o rácio no final do primeiro semestre de 2016 decorre que o Ativo Corrente era 0,94 vezes o Passivo Corrente. Salientam-se as *Empresas Imobiliárias* como o setor com maior capacidade de reembolsar o seu Passivo Corrente utilizando o seu Ativo Corrente. Em comparação com o final de 2015, cinco dos doze setores apresentou, no período até junho de 2016, um decréscimo da sua Liquidez Geral, tendo sido o maior decréscimo observado no setor das *Gestoras de Património* como explicado acima.

5.2. Rentabilidade

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes que permitem avaliar a rentabilidade das vendas e dos serviços prestados pelas empresas públicas e o retorno gerado para o acionista. São apresentados os seguintes indicadores: Margem Bruta¹⁶, Rentabilidade das Vendas¹⁷ e Rentabilidade do Capital Próprio¹⁸.

Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Margem Bruta		Rentabilidade das Vendas		Rentabilidade do Capital Próprio	
	T2 2016	T2 2015	T2 2016	T2 2015	T2 2016	T2 2015
Administração Pública			1,007	0,854	0,005	0,003
Agricultura e Pescas	0,857	0,827	0,205	0,210	0,007	0,015
Atividades Administrativas			1,081	1,090	0,013	0,011
Construção	0,991	0,994	0,458	0,461	-0,426	-0,265
Cultura	0,954	0,960	0,276	0,244	0,099	0,077
Empresas Financeiras			0,173	0,605	0,021	-0,012
Empresas Imobiliárias	0,368	0,295	0,311	0,348	0,015	0,013
Gestoras de Património	0,015	-0,226	-0,612	-1,185	0,042	0,042
Indústrias transformadoras	0,700	0,702	0,343	0,317	0,117	0,087
Informação e Comunicação	0,564	0,681	0,053	0,095	0,636	0,044
Saúde	0,626	0,631	-0,051	-0,023	-0,058	-0,006
Transportes e armazenagem	0,842	0,794	0,313	0,336	-0,003	-0,004
Total	0,704	0,694	0,081	0,118	0,004	-0,003

Fonte: SiRIEF

Até ao final do primeiro semestre de 2016, a nível global, a margem bruta foi de cerca de 70% do valor das vendas, superior em cerca de 1 p.p. face ao período homólogo. Saliente-se que foram excluídas da análise deste indicador todas as empresas públicas que, pela natureza da sua atividade, não apresentaram volume de negócios¹⁹ ou cujo CMVMC foi igual a zero.

A nível setorial, refiram-se as *Gestoras de Património* que apresentaram o maior acréscimo da Margem Bruta, em cerca de 24 p.p.. Note-se que as oscilações do rácio para este setor se deverá essencialmente à natureza das sociedades PARUPS e PARVALOREM, cujas vendas se realizam por vezes com menos valias ou abaixo do custo de aquisição. Refira-se ainda que no setor da *Informação e Comunicação* se registou um decréscimo de 12 p.p. da sua Margem Bruta durante os primeiros seis meses de 2016, face ao período homólogo.

¹⁶ Margem Bruta = (Vendas e Serviços Prestados – CMVMC) / Vendas e Serviços Prestados.

¹⁷ Rentabilidade das Vendas = EBITDA / Vendas e Serviços Prestados.

¹⁸ Rentabilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio.

¹⁹ Define-se Volume de Negócios como a soma das vendas com os serviços prestados.



A Rentabilidade das Vendas diminuiu face ao período homólogo, de 11,8% para 8,1%. Os únicos setores a registar uma Rentabilidade das Vendas negativa foram o da *Saúde* e das *Gestoras de Património*. O setor das *Gestoras de Património* apresentou uma Rentabilidade das Vendas negativa de 61%. Ainda assim, este valor refletiu a melhoria do EBITDA (negativo) entre 2015 e 2016.

Em termos globais, a Rentabilidade do Capital Próprio melhorou cerca de 0,7 p.p. face ao período homólogo, atingindo os 0,4% em junho de 2016. Sublinhe-se que foram excluídas da análise da rentabilidade do capital próprio as empresas com capitais próprios negativos. O setor da *Informação e Comunicação* manteve-se como o setor que proporciona a maior rentabilidade, na ordem dos 63,6%. Tal deveu-se essencialmente ao contributo da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (LUSA), cujo Resultado Líquido aumentou de 131 mil euros no primeiro semestre de 2015 para 854 mil euros no primeiro semestre de 2016 e cujo Capital Próprio diminuiu de cerca de 3 milhões de euros para 1,3 milhões de euros no mesmo período. Esta evolução do capital próprio resultou essencialmente da constituição de uma provisão para pré-reformados registada em resultados transitados. Em sentido oposto o setor da *Construção*, representado pela Ambisider – Recuperações ambientais, S.A. (Ambisider)²⁰, continuou a ser o que proporciona a rentabilidade mais baixa, na ordem dos -42,6%.

²⁰ Uma vez que a EDIA, por ter capital próprio negativo, se encontra excluída do cálculo da rentabilidade do capital próprio.

5.3. Endividamento

A tabela seguinte apresenta rácios que permitem avaliar o nível de endividamento das empresas públicas, a natureza desse endividamento e o respetivo custo incorrido. São apresentados os seguintes indicadores: Rácio de Endividamento²¹, Rácio de Endividamento Corrente²² e Custo do Passivo Remunerado²³.

Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Rácio de Endividamento		Rácio de Endividamento Corrente		Custo do Passivo Remunerado	
	T2 2016	T4 2015	T2 2016	T4 2015	T2 2016	T2 2015
Administração Pública	0,645	0,643	0,056	0,063	0,011	0,012
Agricultura e Pescas	0,343	0,303	0,203	0,153		
Atividades Administrativas	0,676	0,665	0,016	0,025	0,019	0,020
Construção	1,689	1,642	0,131	0,103	0,004	0,004
Cultura	0,259	0,270	0,237	0,245	0,016	0,018
Empresas Financeiras	0,580	0,580	0,136	0,133	0,023	0,025
Empresas Imobiliárias	0,251	0,295	0,039	0,079	0,022	0,022
Gestoras de Património	2,227	2,212	0,560	0,133	0,016	0,017
Indústrias transformadoras	0,314	0,282	0,118	0,089		
Informação e Comunicação	1,069	1,065	0,646	0,626	0,013	0,019
Saúde	0,897	0,830	0,887	0,816	0,157	0,161
Transportes e armazenagem	1,048	1,057	0,214	0,209	0,017	0,022
Total	0,991	0,995	0,303	0,243	0,017	0,020

Fonte: SiRIEF

O Rácio de Endividamento diminuiu cerca de 0,4 p.p., em termos globais, de janeiro a junho de 2016, mantendo-se o total do Ativo superior ao total do Passivo. É de salientar o setor das *Gestoras de Património*, cujo total do Passivo é mais de duas vezes o total do Ativo, o que se traduziu num Capital Próprio negativo. Adicionalmente serão ainda de referir outros três setores com rácio de endividamento superior a 1: *Construção*, *Informação e Comunicação* e *Transportes e armazenagem*. Em termos globais, e de acordo com o Rácio de Endividamento Corrente, o Passivo de curto prazo representou cerca de 30% do Ativo.

Verificou-se que o Custo do Passivo Remunerado a 30 de junho de 2016, indicativo da taxa de juro a que as empresas públicas se financiaram, diminuiu face ao período homólogo para cerca de 1,7%, o que correspondeu a uma taxa anual efetiva de 3,4%. Todos os setores, diminuíram o seu Custo do Passivo Remunerado. No caso do setor da *Saúde*, o valor mais elevado para o rácio justificou-se pela amortização da quase totalidade do seu passivo remunerado. Refira-se que este setor apresentava no início de 2015 um passivo remunerado

²¹ Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total.

²² Rácio de Endividamento Corrente = Passivo Corrente / Ativo Total.

²³ Custo do Passivo Remunerado = Juros Suportados / Passivo Remunerado.



de cerca de 1 milhão de euros e no início de 2016 este montante era de 235 mil euros. Assim, a conjugação do valor dos juros suportados com o montante em dívida, levou a uma distorção do valor final deste rácio, uma vez que o denominador diminuiu substancialmente.

6 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) que visava mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, por empresas do SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Ainda em 2013 entra em vigor o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, através do qual a IGCP assume a competência para a gestão dos IGRF contratados pelas Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer da IGCP.

Considerando que as EPR estão impedidas de obter financiamento em mercado²⁴, não se prevê que sejam contratados novos instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco, pelo que novas operações de IGRF incidiriam apenas sobre posições atuais. Adicionalmente tem-se verificado que os custos, tanto de renegociação de operações estruturadas como de contratação de novas operações para a sua gestão são muito elevados, o que não tem permitido executar alterações às posições existentes, tendo em conta que o sector bancário não tem revelado disponibilidade para contrair novas operações.

Neste contexto, não foram registadas operações ativas de gestão dos IGRF no primeiro semestre de 2016. Assim, a 30 de junho de 2016 permaneciam 26 IGRF nas carteiras de 7 empresas públicas, repartidas por três sectores de atividade, com um valor contratual

²⁴ Com exceção das EPR em regime concorrencial, de acordo com o artigo 29º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de outubro.



agregado de 2.199 milhões de euros e um valor de mercado negativo próximo de 531,4 milhões de euros. A Tabela 14 caracteriza os IGFR agregados por empresa, quanto ao valor contratual e valor de mercado das operações. Note-se que este conjunto não inclui 8 IGFR com estruturas do tipo *snowball*, contratados junto do Banco Santander Totta, cuja validade se encontra a ser discutida nos tribunais ingleses, em processos propostos pelo banco²⁵, e que são apresentados na Tabela 15.

Tabela 14 – Valor dos IGFR por setor de atividade (excluindo IGFR em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.06.2016

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM ²⁶
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. ²⁷	1	7.525,0	-1.089,1
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	1	100.000,0	-15.992,9
Metro do Porto, S.A.	2	98.231,6	-23.305,0
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	15	570.859,2	-211.425,9
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	1	27.500,0	-1.367,7
Subtotal Transportes e armazenagem	20	804.115,8	-253.180,6
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	2	70.000,0	-18.957,6
Subtotal Empresas Financeiras	2	70.000,0	-18.957,6
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A. ²⁸	4	1.325.104,5	-259.298,2
Total	26	2.199.220,3	-531.436,4

Fonte: IGCP

Tabela 15 – Valor dos IGFR em processo de contencioso

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.06.2016

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	1	20.000,0	-26.016,2
Metro do Porto, S.A.	2	113.981,6	-542.359,3
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	4	171.571,7	-638.970,0
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1	25.000,0	-122.754,7
Total	8	330.553,3	-1.330.100,2

²⁵ Mais concretamente, e face ao comunicado da Secretária de Estado do Tesouro de 26 de abril 2013, o Banco Santander Totta propôs num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa. Um destes IGFR, contratado pela Carris, atingiu a maturidade em março de 2016.

²⁶ De acordo com a valorização das contrapartes, sempre que disponível. A valorização da IGCP foi usada para um derivado da Parpública.

²⁷ Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

²⁸ Inclui uma *embedded put* das obrigações convertíveis sobre ações da GALP.

No primeiro semestre, o resultado potencial da carteira de derivados do SEE (excluindo derivados Banco Santander Totta), ajustado pelos recebimentos/pagamentos de cupões, registou uma variação negativa próxima de 39 milhões de euros face ao primeiro trimestre de 2016. Este resultado decorreu principalmente da redução das taxas *swap* tanto do euro como do dólar, principalmente de longo prazo, no trimestre que ficou marcado pelo referendo que ditou a saída do Reino Unido da União Europeia.

Para o resultado negativo da carteira no período considerado contribuíram principalmente as operações:

- i. *Receiver swaptions* sobre a taxa *swap* (CMS) a 30 anos, da Metropolitano de Lisboa, cujo valor agregado se agravou em 29,3 milhões de euros;
- ii. *Swaps* de taxa de juro simples da Parpública, com maturidade em 2042, cujo MtM registou um agravamento de 16,9 milhões de euros.

As tabelas seguintes (Tabela 16 e Tabela 17) apresentam a variação do valor de mercado dos IGRF agregados por empresa entre o final do primeiro trimestre de 2016 e o final do segundo trimestre de 2016.

Tabela 16 – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros				
Empresa	MtM T2 2016 ²⁹	MtM T1 2016 ²⁹	Cash Flow T2 2016	Variação ³⁰
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	-18.957,6	-18.242,9	-689,0	-1.403,8
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-1.089,1	-1.320,7	-298,3	-66,7
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-15.992,9	-17.518,1	-1.534,9	-9,7
Comboios de Portugal, E.P.E.	0,0	-1.291,8	-1.291,7	0,1
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-211.425,9	-179.307,2	855,1	-31.263,6
Metro do Porto, S.A.	-23.305,0	-24.214,9	-1.808,3	-898,4
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A.	-259.298,2	-264.549,0	-10.504,7	-5.253,9
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	-1.367,7	-1.361,6	0,0	-6,1
Total	-531.436,4	-507.806,1	-15.271,9	-38.902,1

Fonte: IGCP

²⁹ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível. A valorização da IGCP foi usada para um derivado da Parpública.

³⁰ A variação é obtida através da soma da variação do MtM durante o segundo trimestre de 2016 e dos Cash Flows do mesmo período.

Tabela 17 – Variação dos IGRF em processo de contencioso

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T2 2016 ³¹	MtM T1 2016 ³⁰	Cash Flow T2 2016	Variação
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-26.016,2	-29.654,1	-4.298,2	-660,3
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-638.970,0	-640.141,7	-20.791,4	-19.619,8
Metro do Porto, S.A.	-542.359,3	-541.463,1	-13.458,7	-14.354,9
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	-122.754,7	-124.567,5	-5.481,8	-3.669,0
Total	-1.330.100,2	-1.335.826,5	-44.030,2	-38.304,0

Fonte: IGCP

A análise da sensibilidade destes IGRF (excluindo os derivados em processos de contencioso) à variação das taxas de juro, apresentada na Tabela 18, revela que uma variação paralela positiva de 1 p.p. nas curvas de rendimentos do euro e do dólar (curvas *swap*), em simultâneo, teria um impacto favorável de cerca de 180 milhões de euros no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1 p.p. provocaria um agravamento de 264 milhões de euros³². Nesta tabela seguinte é também apresentada a sensibilidade dos IGRF a choques paralelos de 5 p.p. na volatilidade implícita em *caps* e *swaptions* cotados em mercado, em euros e dólares. Em geral, os IGRF apresentam uma exposição curta a volatilidade, em que uma variação de + 5 p.p. na volatilidade implícita teria um impacto estimado de 418 mil euros no MtM da carteira e uma diminuição de 5 p.p. da volatilidade provocaria um aumento de 410 mil euros.

Adicionalmente estima-se que uma variação de +5 p.p. na volatilidade do preço das ações da GALP Energia, SGPS, S.A. teria um impacto de cerca de -12 milhões de euros no valor da opcionalidade implícita nas obrigações convertíveis da Parpública, enquanto uma redução de 5 p.p. provocaria um aumento de 12,3 milhões de euros no MtM daquele derivado³³.

Na Tabela 19 apresenta-se a análise da sensibilidade do valor de mercado dos IGRF em processos de contencioso à variação das taxas de juro e volatilidade. Verifica-se que a

³¹ De acordo com a valorização da IGCP.

³² Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios anteriores, a persistência de valores muito baixos e até negativos na curva de rendimentos do euro justifica que não se imponha um limite inferior de 0% nas taxas de juro. No entanto, alguns dos modelos utilizados para calcular o MtM destas operações não permitem taxas negativas, pelo que nestes casos a sensibilidade às taxas de juro foi calculada com recurso a modelos diferentes dos usados para calcular o valor de mercado.

³³ Resultados não apresentados na tabela 18 por não serem diretamente comparáveis com os resultados da análise de sensibilidade às taxas de juro. A sensibilidade deste derivado a variações da volatilidade quase duplicou face ao trimestre anterior como resultado da performance positiva das ações da GALP. Ao aproximar-se do preço a que as obrigações emitidas pela Parpública podem ser convertidas em ações da GALP, a sensibilidade do valor de mercado do derivado à volatilidade torna-se mais elevada.

sensibilidade a choques das curvas *swap* é mais elevada nestes derivados, que correspondem a operações do tipo *snowball* com uma forte componente de opcionalidade.

Tabela 18 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.06.2016

Empresa	Taxas de juro		Volatilidade	
	$\Delta +1$ p.p.	$\Delta -1$ p.p.	$\Delta +5$ p.p.	$\Delta -5$ p.p.
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	6.321,7	-6.935,4	-161,5	163,9
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	163,9	-169,7	0,1	-0,1
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	217,2	-223,0	0,0	0,0
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	100.566,6	-170.304,0	-237,3	231,6
Metro do Porto, S.A.	6.700,9	-7.406,5	-19,6	14,7
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A.	65.465,0	-78.637,3	0,0	0,0
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	144,6	-146,4	0,0	0,0
Total	179.579,9	-263.822,3	-418,3	410,1

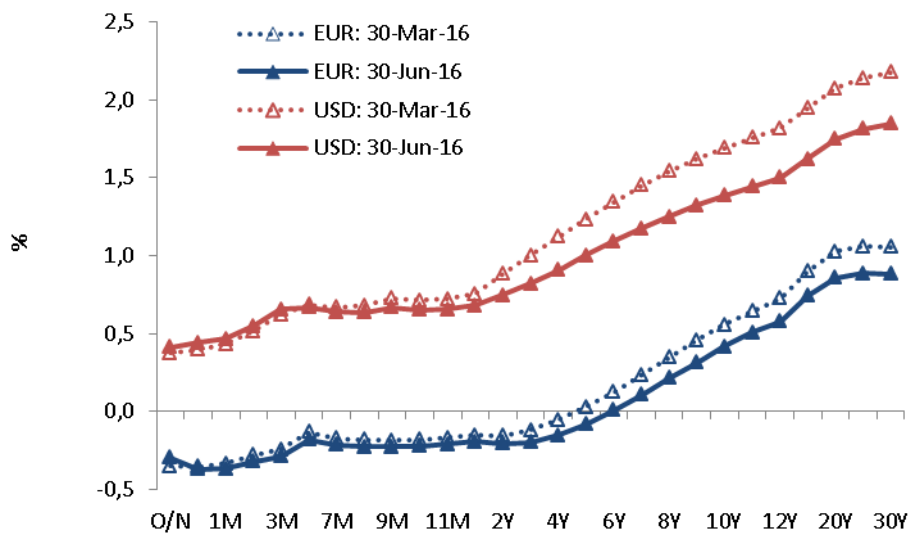
Tabela 19 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade (processos em contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.06.2016

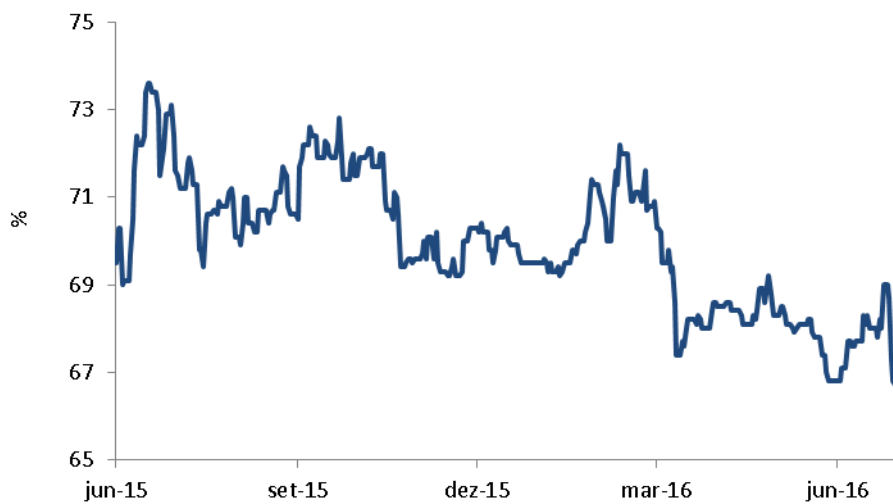
Empresa	Taxas de juro		Volatilidade	
	$\Delta +1$ p.p.	$\Delta -1$ p.p.	$\Delta +5$ p.p.	$\Delta -5$ p.p.
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	3.444,7	-3.539,5	3,9	-3,5
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	106.291,9	-118.459,2	-783,9	711,4
Metro do Porto, S.A.	117.353,4	-141.445,8	-1.358,6	1.244,5
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	25.849,2	-28.534,4	-146,2	129,8
Total	252.939,2	-291.978,9	-2.284,8	2.082,2

Por último, apresenta-se de seguida a evolução da taxa *swap* do euro e do dólar, bem como a volatilidade implícita numa *swaption* 5y5y *at-the-money*³⁴ (ATM), procurando-se com estes indicadores evidenciar as alterações de mercado nos últimos meses.

³⁴ Representa a volatilidade implícita no preço de uma opção com vencimento daqui a 5 anos para entrar num *swap* de taxa fixa com maturidade de 5 anos ao nível previsto pela *forward* atual. Atendendo ao facto de haver derivados nas carteiras das empresas públicas com *caps* de curto prazo e outros com *swaptions* de longo prazo, considera-se que a *swaption* 5y5y é um bom indicador para medir a evolução do nível geral da volatilidade.

Figura 9 – Curvas swap EUR e USD

Fonte: Bloomberg

Figura 10 – Evolução de volatilidade implícita em swaption 5y5y ATM

Fonte: Bloomberg

7 RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

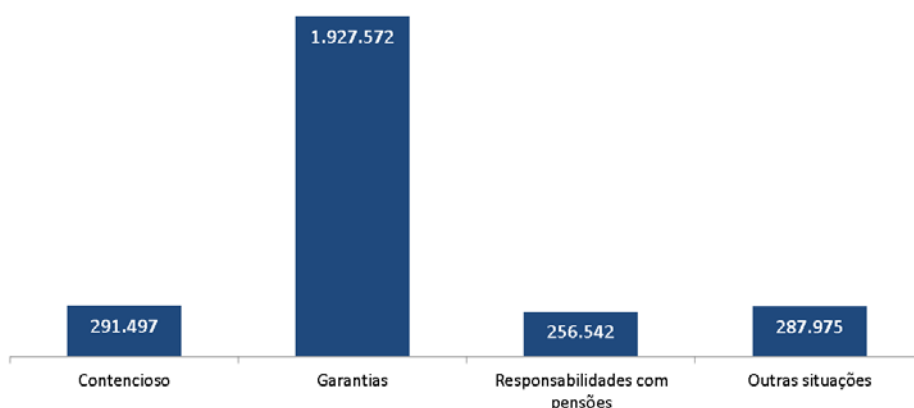
A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 30 de junho de 2016, 571 situações com responsabilidades contingentes associadas, num total de 2,8 mil milhões de euros, representando um aumento de cerca de 1,3% face ao montante de operações reportado em março p.p..

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 2 mil milhões de euros (cerca de 73,7 % do total), residiu em duas empresas, sendo elas a AdP (com 57,3%) e a Metropolitano de Lisboa (com 16,4%).

Figura 11 – Responsabilidades Contingentes por tipologia

Unidade: Milhares de euros



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

No que respeita à tipologia das Responsabilidades Contingentes, cerca de 1,9 mil milhões de euros (69,7%) dizem respeito a garantias. A desagregação das garantias concedidas por setor revela uma elevada concentração nas *Gestoras de Património*, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

A segunda tipologia com maior destaque foi o Contencioso, que representou 291 milhões de euros (10,5%). A empresa que apresentou maior montante no que respeita a esta categoria é a Metropolitano de Lisboa, devido a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em infraestruturas de longa duração.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no setor dos *Transportes e armazenagem*.



Por fim refira-se que 81,1% das ocorrências não tinham um horizonte temporal definido para a sua resolução, uma vez que se encontram pendentes de resolução de processos em contencioso.

8 UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 determinou a obrigatoriedade de todas as EPNF, EPR ou EPNR, manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da IGCP. Esta orientação foi concretizada no final de 2010, mantendo-se em vigor desde então através de normas orçamentais. Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do princípio da UTE e à divulgação de informação adicional junto da DGTF.

A figura seguinte apresenta o total de disponibilidades e aplicações financeiras das empresas públicas³⁵ junto da IGCP desde 2013, ano em que entrou em vigor o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Figura 12 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa



Fonte: SiRIEF

No segundo trimestre de 2016, as EPNR apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 84%, tendo aumentado face aos 78% registados no quarto trimestre de 2015. Por outro lado, as EPR registaram uma taxa de centralização que rondou os 86%, representando neste caso uma diminuição face aos 92% registados no quarto trimestre de 2015.

A nível setorial, os setores dos *Transportes e armazenagem* e das *Gestoras de Património* assumiram particular relevância, representando respetivamente cerca de 39% e 23% fundos centralizados na IGCP.

As empresas dos setores da *Administração Pública*, das *Empresas Financeiras*, das *Gestoras de Património*, da *Saúde* e dos *Transportes e armazenagem* representam 94% dos fundos centralizados na IGCP por parte das empresas públicas.

³⁵ Não se incluem nesta secção as empresas que, na sequência de operações de privatização ou de fusão, extinção de atividade, entre outros, deixaram de estar obrigadas a divulgar informação sobre as suas disponibilidades financeiras à DGTF.

**Tabela 20** – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Unidade: milhares de euros

Setor	T4 2012	T4 2013	T4 2014	T2 2015	T4 2015	T1 2016	T2 2016
Administração Pública	198.578	132.275	171.586	135.149	91.861	100.299	101.384
Agricultura e Pescas	5.372	7.101	4.602	3.840	4.149	5.955	6.605
Atividades Administrativas	0	0	0	71	0	4.890	4.736
Construção	40.004	33.992	34.932	20.033	10.675	5.732	1.451
Cultura	4.353	4.169	5.544	5.134	6.434	4.415	3.828
Empresas Financeiras	18.657	131.141	16.391	56.205	64.388	64.820	99.283
Empresas Imobiliárias	20.261	24.922	48.701	55.996	73.925	87.620	40.354
Gestoras de património	245.716	353.630	361.764	574.983	306.801	178.147	330.409
Indústrias transformadoras	402	84	31.073	26.799	41.065	41.659	30.928
Informação e Comunicação	13.500	7	53	48	42	36	36
Saúde	249.291	268.967	506.546	338.616	215.168	250.579	250.272
Transportes e armazenagem	177.185	219.064	219.415	234.993	655.278	554.211	562.458
SEE	973.318	1.175.351	1.400.607	1.451.868	1.469.786	1.298.363	1.431.743

Fonte: SiRIEF

Destaca-se ainda o aumento da taxa de centralização de fundos das empresas pertencentes ao setor das *Empresas Financeiras*, de 78% no final de 2015 para 85% no final do segundo trimestre de 2016, igualmente acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas na IGCP. Por outro lado, os setores da *Construção* e da *Cultura* registaram uma diminuição significativa da taxa de centralização de fundos na IGCP, respetivamente de 77% e 65% no final de 2015 para 46% e 37% no final do segundo trimestre de 2016.

Tabela 21 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Setor	T4 2012	T4 2013	T4 2014	T2 2015	T4 2015	T1 2016	T2 2016
Administração Pública	100%	99%	99%	98%	99%	99%	99%
Agricultura e Pescas	67%	86%	59%	59%	73%	73%	67%
Atividades Administrativas						83%	94%
Construção	67%	70%	92%	77%	77%	76%	46%
Cultura	76%	76%	68%	77%	65%	51%	37%
Empresas Financeiras	8%	70%	33%	69%	78%	79%	85%
Empresas Imobiliárias	25%	45%	92%	96%	92%	98%	91%
Gestoras de património	54%	60%	59%	89%	82%	69%	78%
Indústrias transformadoras	1%	0%	92%	97%	98%	98%	97%
Informação e Comunicação	74%	0%	2%	2%	1%	1%	1%
Saúde	93%	95%	97%	96%	98%	97%	96%
Transportes e armazenagem	70%	74%	73%	73%	89%	85%	85%
SEE	60%	70%	78%	87%	88%	85%	86%

Fonte: SiRIEF

ANEXOS

A. EMPRESAS CONSIDERADAS

Administração Pública

Parque Escolar, E.P.E.*

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.*

Agricultura e Pescas

Companhia das Lezírias, S.A.

Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

Atividades Administrativas

Sagesecur - Sociedade de Estudos Desenvolvimento e

Participação em projectos, S.A.

Construção

Ambisider - Recuperações Ambientais, S.A.

EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do

Alqueva, S.A.*

Cultura

Circuito do Estoril, S.A.

OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.*

Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.

Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.

Teatro Nacional S. João, E.P.E.*

Empresas Financeiras

Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. * †

FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido

Empresarial SGPS, S.A.

Margueira - Sociedade de Gestão de Fundos Investimento

Imobiliário, S.A.

Parública-Participações Públicas SGPS, S.A.*

Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Empresas Imobiliárias

Baía do Tejo, S.A.

Consest - Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.*

Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias,
S.A.*

Gestoras de Património

AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de
Portugal, E.P.E.

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.

PARUPS, S.A.*

PARVALOREM, S.A.*

SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.

Indústrias transformadoras

Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.

Informação e Comunicação

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.*

Saúde

Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.*

Centro Hospitalar São João, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.*

Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.*

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.*

Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.*

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.*

Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.*

Hospital Garcia da Orta, E.P.E.*

IPO - Coimbra, E.P.E.*

IPO - Lisboa, E.P.E.*

IPO - Porto, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.*

Transportes e armazenagem

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana
do Castelo, S.A.

APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.

APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

CP - Comboios de Portugal, E.P.E.*

IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.*

Metro do Mondego, S.A.*

Metro do Porto, S.A.*

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.*

Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.

Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.

* Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

† Empresas Públicas em Liquidação

**B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA****Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	7.847	-390	8.236	2.114%	10.678	-2.831	-27%	
Parque Escolar, E.P.E.	4.028	-3.758	7.786	207%	2.164	1.863	86%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	3.819	3.368	451	13%	8.514	-4.695	-55%	
Agricultura e Pescas	360	743	-383	-52%	801	-441	-55%	
Companhia das Lezírias, S.A.	363	361	2	1%	216	147	68%	
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	-3	382	-385	-101%	585	-588	-100%	
Atividades Administrativas	401	236	165	70%	369	32	9%	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	401	236	165	70%	369	32	9%	
Construção	-9.637	22.204	-31.841	-143%	-6.258	-3.379	-54%	
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	-157	-10	-147	-1.434%	-139	-18	-13%	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	-9.480	22.215	-31.695	-143%	-6.118	-3.362	-55%	
Cultura	3.554	869	2.685	309%	2.642	911	34%	
CE – Circuito do Estoril, S.A.	455	179	276	154%	327	129	39%	
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-1.083	-230	-853	-370%	-605	-478	-79%	
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	4.242	814	3.428	421%	2.910	1.332	46%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	-221	100	-322	-321%	-189	-32	-17%	
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	160	5	155	2.944%	200	-39	-20%	
Empresas Financeiras	74.863	-68.142	143.005	210%	-42.177	117.040	277%	
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	-445	-2.460	2.015	82%	-649	204	31%	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-9	58	-67	-115%	3	-11	-408%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	127	58	70	121%	126	2	1%	
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.	74.992	-66.315	141.307	213%	-42.895	117.887	275%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	197	518	-320	-62%	1.238	-1.041	-84%	
Empresas Imobiliárias	15.738	6.020	9.718	161%	13.763	1.975	14%	
Baía do Tejo, S.A.	-168	563	-731	-130%	-106	-62	-59%	
Consest – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-127	-204	77	38%	-94	-33	-35%	
Estamo – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	16.033	5.661	10.372	183%	13.963	2.069	15%	
Gestoras de Património	-52.127	-24.221	-27.906	-115%	-49.148	-2.979	-6%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	36.959	23.563	13.396	57%	45.029	-8.070	-18%	
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	191	103	88	86%	-7.342	7.533	103%	
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	164	149	15	10%	274	-110	-40%	
PARUPS, S.A.	-24.171	-9.450	-14.722	-156%	-23.047	-1.125	-5%	

**Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
PARVALOREM, S.A.	-67.322	-40.639	-26.683	-66%	-65.817	-1.505	-2%	
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	2.053	2.053	0	0%	1.755	298	17%	
Indústrias transformadoras	10.127	5.471	4.656	85%	8.056	2.070	26%	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	10.127	5.471	4.656	85%	8.056	2.070	26%	
Informação e Comunicação	804	2.651	-1.847	-70%	5.006	-4.202	-84%	
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	854	192	663	345%	131	723	550%	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	-50	2.459	-2.510	-102%	4.875	-4.925	-101%	
Saúde	-130.208	-113.849	-16.358	-14%	-87.179	-43.029	-49%	
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-6.922	-6.931	10	0%	-7.313	392	5%	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-9.086	-12.031	2.946	24%	-12.118	3.032	25%	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-16.906	-4.523	-12.383	-274%	-9.788	-7.118	-73%	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-9.207	-1.887	-7.320	-388%	1.310	-10.516	-803%	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-10.366	-8.585	-1.781	-21%	-4.156	-6.210	-149%	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-11.704	-5.326	-6.379	-120%	-6.749	-4.956	-73%	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	1.635	-15.362	16.998	111%	8.919	-7.284	-82%	
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	-600	-604	4	1%	-985	385	39%	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-2.533	-5.118	2.585	51%	-4.991	2.458	49%	
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-6.916	-5.396	-1.521	-28%	-1.383	-5.533	-400%	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-4.545	-2.914	-1.631	-56%	4.122	-8.667	-210%	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-1.218	-190	-1.028	-541%	-183	-1.035	-565%	
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-23.480	-23.480	0	0%	-39.281	15.801	40%	
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-807	-1.407	600	43%	-1.936	1.130	58%	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	114	40	74	184%	576	-463	-80%	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	988	59	929	1.582%	1.087	-100	-9%	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-5.108	-10.273	5.165	50%	-5.799	691	12%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	1.371	165	1.206	730%	341	1.030	302%	
IPO - Coimbra, E.P.E.	-688	64	-752	-1.172%	160	-848	-528%	
IPO - Lisboa, E.P.E.	-5.393	-2.245	-3.148	-140%	-4.074	-1.320	-32%	
IPO - Porto, E.P.E.	-5.955	-665	-5.290	-795%	1.297	-7.252	-559%	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-7.526	-4.467	-3.059	-68%	-3.172	-4.354	-137%	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-1.966	-334	-1.632	-489%	-515	-1.451	-282%	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-3.404	-739	-2.666	-361%	-1.117	-2.287	-205%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-1.220	-2.023	804	40%	-3.199	1.979	62%	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	1.234	324	910	281%	1.767	-533	-30%	
Transportes e armazenagem	-254.469	-190.909	-63.560	-33%	-293.484	39.015	13%	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	111	-1.992	2.104	106%	1.071	-960	-90%	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	5.437	5.412	25	0%	5.961	-525	-9%	

**Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	3.015	1.453	1.562	108%	892	2.123	238%
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	9.827	16.385	-6.558	-40%	8.524	1.303	15%
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	2.242	1.607	635	39%	2.237	5	0%
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-19.230	-14.391	-4.840	-34%	-23.570	4.340	18%
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	-74.003	-76.429	2.425	3%	-115.458	41.454	36%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	5.088	-2.791	7.879	282%	-13.599	18.687	137%
Metro do Mondego, S.A.	-12	-14	2	16%	-10	-2	-20%
Metro do Porto, S.A.	-123.905	-82.332	-41.573	-50%	-126.027	2.122	2%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-47.414	-24.745	-22.669	-92%	-27.852	-19.561	-70%
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	4.638	-95	4.732	5.003%	2.186	2.451	112%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-20.261	-12.978	-7.284	-56%	-7.839	-12.422	-158%
Total	-332.748	-359.317	26.569	7%	-436.929	104.181	24%

Fonte: SIREF



Tabela 23 – Endividamento por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015		
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	1.118.461	1.136.709	-18.247	-2%	1.108.839	9.623	1%
Parque Escolar, E.P.E.	1.096.089	1.136.709	-40.620	-4%	1.086.180	9.909	1%
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	22.373	0	22.373		22.659	-286	-1%
Agricultura e Pescas	0	0	0		0	0	
Companhia das Lezírias, S.A.	0	0	0		0	0	
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	0	0	0		0	0	
Atividades Administrativas	63.641	60.690	2.951	5%	62.440	1.201	2%
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	63.641	60.690	2.951	5%	62.440	1.201	2%
Construção	710.817	710.650	167	0%	729.600	-18.784	-3%
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	851	866	-15	-2%	718	133	19%
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	709.966	709.784	181	0%	728.882	-18.917	-3%
Cultura	1.063	1.755	-692	-39%	1.121	-58	-5%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	0	0	0		0	0	
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	933	923	10	1%	926	6	1%
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	130	832	-702	-84%	195	-65	-33%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Empresas Financeiras	4.095.440	3.977.845	117.594	3%	4.051.372	44.067	1%
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	209.115	212.844	-3.730	-2%	209.115	0	0%
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	0	0	0		0	0	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0	
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.	3.886.325	3.765.001	121.324	3%	3.842.258	44.067	1%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	0	0	0		0	0	
Empresas Imobiliárias	299.597	327.282	-27.685	-8%	355.696	-56.099	-16%
Baía do Tejo, S.A.	0	0	0		0	0	
Consest – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	4.847	5.241	-394	-8%	4.939	-91	-2%
Estamo – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	294.750	322.041	-27.291	-8%	350.757	-56.007	-16%
Gestoras de Património	5.439.360	5.305.628	133.731	3%	5.304.551	134.808	3%
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	575.000	540.000	35.000	6%	505.000	70.000	14%
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	0	0	0		0	0	
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	0	0	0		0	0	
PARUPS, S.A.	472.856	490.561	-17.706	-4%	468.919	3.937	1%

**Tabela 23 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
PARVALOREM, S.A.	4.366.801	4.250.364	116.437	3%	4.304.972	61.829	1%
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	24.703	24.703	0	0%	25.660	-957	-4%
Indústrias transformadoras	0	0	0		0	0	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	0	0	0		0	0	
Informação e Comunicação	113.680	116.123	-2.442	-2%	97.652	16.028	16%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	274	372	-98	-26%	403	-129	-32%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	113.406	115.751	-2.344	-2%	97.249	16.158	17%
Saúde	235	168	67	40%	235	0	0%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	175	162	12	8%	175	0	0%
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	0	5	-5	-100%	0	0	
IPO - Coimbra, E.P.E.	0	0	0		0	0	
IPO - Lisboa, E.P.E.	0	0	0		0	0	
IPO - Porto, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	60	0	60		60	0	0%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Transportes e armazenagem	20.154.338	17.919.635	2.234.703	12%	20.246.641	-92.304	-0%
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	16.454	16.454	0	0%	17.180	-727	-4%
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	19.120	19.120	0	0%	19.560	-440	-2%

**Tabela 23 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	92.977	95.805	-2.828	-3%	98.861	-5.884	-6%	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	0	0	0		0	0		
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	0	0	0		0	0		
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	673.876	751.486	-77.610	-10%	721.870	-47.994	-7%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	3.430.118	3.247.044	183.073	6%	3.522.178	-92.060	-3%	
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	8.409.973	6.355.224	2.054.749	32%	8.402.205	7.768	0%	
Metro do Mondego, S.A.	0	0	0		0	0		
Metro do Porto, S.A.	3.326.335	3.368.624	-42.289	-1%	3.313.375	12.961	0%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	3.755.040	3.664.280	90.760	2%	3.721.001	34.039	1%	
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	3.744	3.744	0	0%	4.825	-1.081	-22%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	426.702	397.855	28.847	7%	425.588	1.114	0%	
Total	31.996.631	29.556.484	2.440.147	8%	31.958.148	38.483	0%	

Fonte: SiRIEF



Tabela 24 – EBITDA por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	54.735	51.380	3.356	7%	57.987	-3.252	-6%
Parque Escolar, E.P.E.	48.405	44.952	3.454	8%	45.672	2.733	6%
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	6.330	6.428	-98	-2%	12.315	-5.985	-49%
Agricultura e Pescas	2.648	2.875	-227	-8%	2.850	-202	-7%
Companhia das Lezírias, S.A.	921	959	-38	-4%	775	145	19%
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	1.727	1.916	-189	-10%	2.075	-348	-17%
Atividades Administrativas	4.126	3.909	217	6%	4.162	-35	-1%
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	4.126	3.909	217	6%	4.162	-35	-1%
Construção	5.100	2.082	3.018	145%	4.857	243	5%
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	-112	53	-165	-310%	-90	-22	-24%
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	5.211	2.029	3.183	157%	4.946	265	5%
Cultura	4.042	3.180	861	27%	3.127	915	29%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	609	345	264	77%	480	129	27%
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-998	-150	-847	-564%	-511	-487	-95%
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	4.253	2.644	1.609	61%	2.914	1.339	46%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	-100	224	-324	-144%	-71	-29	-41%
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	277	117	160	136%	314	-37	-12%
Empresas Financeiras	170.416	26.662	143.755	539%	57.451	112.966	197%
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	-410	-2.117	1.706	81%	-398	-12	-3%
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-19	47	-66	-140%	-12	-7	-54%
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	129	58	71	122%	128	2	1%
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.	170.327	27.963	142.364	509%	56.082	114.245	204%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	389	710	-320	-45%	1.651	-1.262	-76%
Empresas Imobiliárias	25.991	12.751	13.240	104%	23.599	2.393	10%
Baía do Tejo, S.A.	71	757	-686	-91%	202	-131	-65%
Consest – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-69	-159	91	57%	-29	-40	-141%
Estamo – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	25.989	12.154	13.836	114%	23.426	2.564	11%
Gestoras de Património	-13.928	-17.643	3.715	21%	-14.843	915	6%
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	479	168	311	185%	-45	524	1.168%
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	297	165	132	80%	-7.490	7.788	104%
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	199	167	32	19%	219	-19	-9%
PARUPS, S.A.	-6.887	-9.450	2.562	27%	-3.716	-3.172	-85%



Tabela 24 – EBITDA por empresa (continuação)

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
PARVALOREM, S.A.	-10.056	-10.733	677	6%	-5.537	-4.519	-82%	
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	2.039	2.039	0	0%	1.726	313	18%	
Indústrias transformadoras	16.021	9.931	6.090	61%	13.498	2.523	19%	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	16.021	9.931	6.090	61%	13.498	2.523	19%	
Informação e Comunicação	6.030	8.212	-2.182	-27%	10.707	-4.676	-44%	
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1.320	422	897	213%	374	945	252%	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	4.711	7.790	-3.079	-40%	10.332	-5.622	-54%	
Saúde	-81.035	-58.815	-22.220	-38%	-36.391	-44.645	-123%	
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-6.378	-6.388	10	0%	-6.777	399	6%	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-4.899	-7.410	2.511	34%	-7.795	2.896	37%	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-13.634	-707	-12.927	-1.828%	-6.568	-7.067	-108%	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-5.327	2.851	-8.179	-287%	5.323	-10.651	-200%	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-8.798	-6.999	-1.799	-26%	-2.555	-6.243	-244%	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-8.246	-1.919	-6.328	-330%	-3.326	-4.921	-148%	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	4.151	-12.404	16.555	133%	11.737	-7.585	-65%	
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	-369	3	-372	-	-320	-49	-15%	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-1.742	-4.333	2.592	60%	-4.216	2.474	59%	
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-4.407	-2.369	-2.038	-86%	1.114	-5.521	-496%	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-2.442	-760	-1.682	-221%	6.171	-8.613	-140%	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	273	1.280	-1.007	-79%	1.490	-1.216	-82%	
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-18.538	-18.538	0	0%	-33.654	15.116	45%	
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	438	-61	499	824%	-608	1.046	172%	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	245	189	56	30%	713	-467	-66%	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	1.287	305	982	322%	1.374	-87	-6%	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-4.276	-8.323	4.046	49%	-4.937	661	13%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	2.962	1.378	1.584	115%	1.712	1.250	73%	
IPO - Coimbra, E.P.E.	815	3.114	-2.299	-74%	1.727	-912	-53%	
IPO - Lisboa, E.P.E.	-2.460	690	-3.150	-457%	-1.256	-1.204	-96%	
IPO - Porto, E.P.E.	-2.756	2.476	-5.231	-211%	4.816	-7.572	-157%	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-5.850	-2.786	-3.064	-110%	-1.640	-4.211	-257%	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-1.421	386	-1.807	-468%	119	-1.540	-1.293%	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-1.036	1.653	-2.689	-163%	1.329	-2.366	-178%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-406	-990	584	59%	-2.682	2.276	85%	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	1.779	847	932	110%	2.316	-537	-23%	
Transportes e armazenagem	304.507	370.277	-65.770	-18%	343.752	-39.245	-11%	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	4.354	2.307	2.047	89%	5.136	-782	-15%	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	17.613	17.082	531	3%	18.013	-400	-2%	

**Tabela 24 – EBITDA por empresa (continuação)**

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	11.369	19.080	-7.711	-40%	9.512	1.857	20%	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	21.433	37.862	-16.429	-43%	18.902	2.531	13%	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	4.580	3.847	733	19%	4.506	73	2%	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-4.730	159	-4.889	-3.075%	-7.533	2.803	37%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	640	-11.029	11.668	106%	-26.804	27.443	102%	
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	307.232	297.440	9.792	3%	317.861	-10.629	-3%	
Metro do Mondego, S.A.	-8	-8	0	5%	-4	-4	-90%	
Metro do Porto, S.A.	-41.023	2.371	-43.394	-1.830%	6.832	-47.855	-700%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-26.235	-3.284	-22.950	-699%	-7.192	-19.042	-265%	
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	12.342	6.866	5.475	80%	7.128	5.214	73%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-3.059	-2.417	-643	-27%	-2.607	-452	-17%	
Total	498.653	414.802	83.852	20%	470.755	27.899	6%	

Fonte: SIREF

**Tabela 25 – CMVMC por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	0	0	0		0	0		
Agricultura e Pescas	1.846	2.183	-337	-15%	2.357	-511	-22%	
Atividades Administrativas	0	0	0		0	0		
Construção	101	82	19	23%	62	39	63%	
Cultura	677	549	129	23%	510	167	33%	
Empresas Financeiras	0	0	0		0	0		
Empresas Imobiliárias	53.046	36.410	16.635	46%	47.915	5.130	11%	
Gestoras de Património	6.910	5.326	1.584	30%	5.642	1.268	22%	
Indústrias transformadoras	14.027	13.186	841	6%	12.687	1.341	11%	
Informação e Comunicação	45.828	48.549	-2.722	-6%	33.526	12.301	37%	
Saúde	597.231	582.359	14.872	3%	576.681	20.551	4%	
Transportes e armazenagem	147.005	161.161	-14.155	-9%	201.278	-54.273	-27%	
Total	866.671	849.805	16.866	2%	880.658	-13.987	-2%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 26 – FSE por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	15.474	19.277	-3.803	-20%	11.906	3.568	30%	
Agricultura e Pescas	5.377	6.173	-795	-13%	5.430	-52	-1%	
Atividades Administrativas	13	16	-3	-19%	11	2	14%	
Construção	14.839	23.605	-8.766	-37%	65.316	-50.476	-77%	
Cultura	7.547	7.242	304	4%	8.038	-491	-6%	
Empresas Financeiras	1.709	2.719	-1.009	-37%	2.456	-747	-30%	
Empresas Imobiliárias	3.705	4.411	-705	-16%	3.907	-201	-5%	
Gestoras de Património	8.828	8.000	828	10%	8.486	342	4%	
Indústrias transformadoras	6.943	8.515	-1.573	-18%	7.169	-227	-3%	
Informação e Comunicação	20.683	20.340	343	2%	20.257	425	2%	
Saúde	268.604	287.469	-18.865	-7%	257.715	10.888	4%	
Transportes e armazenagem	266.624	341.439	-74.816	-22%	272.120	-5.496	-2%	
Total	620.346	608.063	12.283	2%	662.811	-42.465	-6%	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 27 – Gastos com Pessoal por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2016		Δ (2016E/2016P)		T2 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	6.752	7.821	-1.069	-14%	5.999	753	13%	
Agricultura e Pescas	6.995	7.213	-218	-3%	7.219	-224	-3%	
Atividades Administrativas	0	0	0	92%	0	0		
Construção	3.479	3.359	120	4%	3.310	169	5%	
Cultura	12.797	13.144	-347	-3%	12.116	681	6%	
Empresas Financeiras	2.552	3.444	-892	-26%	2.916	-365	-13%	
Empresas Imobiliárias	1.862	1.869	-7	-0%	1.582	280	18%	
Gestoras de Património	18.436	17.675	762	4%	19.013	-577	-3%	
Indústrias transformadoras	9.853	10.395	-542	-5%	10.025	-172	-2%	
Informação e Comunicação	41.359	41.445	-86	-0%	42.537	-1.178	-3%	
Saúde	875.352	935.112	-59.760	-6%	837.160	38.193	5%	
Transportes e armazenagem	273.022	300.361	-27.339	-9%	262.653	10.369	4%	
Total	1.252.460	1.341.839	-89.379	-7%	1.204.530	47.930	4%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 28 – Administração Pública: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	7.847	4.028	3.819	3.923	3.923	148	2	10.678	8.514	2.164	5.339	5.339	4.490
Endividamento	2	1.118.461	1.096.089	22.373	559.231	559.231	759.232	2	1.108.839	1.086.180	22.659	554.419	554.419	752.023
EBITDA	2	54.735	48.405	6.330	27.368	27.368	29.752	2	57.987	45.672	12.315	28.994	28.994	23.587
Volume de Negócios	2	54.366	48.442	5.924	27.183	27.183	30.065	2	67.877	46.151	21.726	33.938	33.938	17.271
Gastos Operacionais	2	22.226	13.501	8.726	11.113	11.113	3.376	2	17.905	9.183	8.721	8.952	8.952	327

Fonte: SIRIEF

Tabela 29 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	360	363	-3	180	180	259	2	801	585	216	400	400	261
Endividamento	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
EBITDA	2	2.648	1.727	921	1.324	1.324	570	2	2.850	2.075	775	1.425	1.425	919
Volume de Negócios	2	12.948	11.715	1.234	6.474	6.474	7.411	2	13.594	12.290	1.304	6.797	6.797	7.768
Gastos Operacionais	2	14.218	10.206	4.012	7.109	7.109	4.380	2	15.005	10.554	4.451	7.503	7.503	4.315

Fonte: SIRIEF

**Tabela 30** – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	401	401	401	401	401	0	1	369	369	369	369	369	0
Endividamento	1	63.641	63.641	63.641	63.641	63.641	0	1	62.440	62.440	62.440	62.440	62.440	0
EBITDA	1	4.126	4.126	4.126	4.126	4.126	0	1	4.162	4.162	4.162	4.162	4.162	0
Volume de Negócios	1	3.817	3.817	3.817	3.817	3.817	0	1	3.817	3.817	3.817	3.817	3.817	0
Gastos Operacionais	1	13	13	13	13	13	0	1	11	11	11	11	11	0

Fonte: SIRIEF

Tabela 31 – Construção: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	-9.637	0	-9.480	-4.818	-4.818	6.592	2	-6.258	0	-6.118	-3.129	-3.129	4.228
Endividamento	2	710.817	709.966	851	355.408	355.408	501.420	2	729.600	728.882	718	364.800	364.800	514.890
EBITDA	2	5.100	5.211	-112	2.550	2.550	3.764	2	4.857	4.946	-90	2.428	2.428	3.561
Volume de Negócios	2	11.130	10.395	735	5.565	5.565	6.831	2	10.530	9.804	726	5.265	5.265	6.419
Gastos Operacionais	2	18.420	17.585	835	9.210	9.210	11.844	2	68.687	67.834	854	34.344	34.344	47.362

Fonte: SIRIEF

**Tabela 32 – Cultura: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	3.554	4.242	-1.083	711	160	2.057	5	2.642	2.910	-605	528	200	1.380
Endividamento	5	1.063	933	0	213	0	406	5	1.121	926	0	224	0	401
EBITDA	5	4.042	4.253	-998	808	277	2.017	5	3.127	2.914	-511	625	314	1.335
Volume de Negócios	5	14.622	10.483	240	2.924	1.432	4.268	5	12.841	8.773	144	2.568	1.325	3.522
Gastos Operacionais	5	21.021	9.794	823	4.204	2.127	3.739	5	20.664	9.461	845	4.133	2.371	3.524

Fonte: SIRIEF

Tabela 33 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	74.863	74.992	-445	14.973	127	33.553	5	-42.177	1.238	-42.895	-8.435	3	19.276
Endividamento	5	4.095.440	3.886.325	0	819.088	0	1.717.027	5	4.051.372	3.842.258	0	810.274	0	1.697.347
EBITDA	5	170.416	170.327	-410	34.083	129	76.163	5	57.451	56.082	-398	11.490	128	24.940
Volume de Negócios	5	3.379	2.727	0	676	268	1.159	5	3.363	2.673	0	673	268	1.133
Gastos Operacionais	5	4.261	2.028	11	852	405	934	5	5.373	2.770	12	1.075	488	1.228

Fonte: SIRIEF

**Tabela 34** – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	3	15.738	16.033	-168	5.246	-127	9.342	3	13.763	13.963	-106	4.588	-94	8.120
Endividamento	3	299.597	294.750	0	99.866	4.847	168.792	3	355.696	350.757	0	118.565	4.939	201.099
EBITDA	3	25.991	25.989	-69	8.664	71	15.005	3	23.599	23.426	-29	7.866	202	13.475
Volume de Negócios	3	83.906	80.187	0	27.969	3.719	45.260	3	67.936	64.166	0	22.645	3.770	36.008
Gastos Operacionais	3	58.613	55.431	68	19.538	3.115	31.122	3	53.404	50.309	27	17.801	3.068	28.193

Fonte: SIRIEF

Tabela 35 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	6	-52.127	36.959	-67.322	-8.688	177	34.739	6	-49.148	45.029	-65.817	-8.191	-3.534	36.180
Endividamento	6	5.439.360	4.366.801	0	906.560	248.779	1.714.216	6	5.304.551	4.304.972	0	884.092	247.290	1.692.255
EBITDA	6	-13.928	2.039	-10.056	-2.321	248	4.914	6	-14.843	1.726	-7.490	-2.474	-1.880	3.657
Volume de Negócios	6	23.078	11.008	0	3.846	3.509	4.014	6	12.710	5.298	0	2.118	2.301	1.926
Gastos Operacionais	6	34.174	13.783	386	5.696	4.277	5.378	6	33.140	13.013	381	5.523	3.696	5.459

Fonte: SIRIEF

**Tabela 36** – Indústrias transformadoras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	10.127	10.127	10.127	10.127	10.127	0	1	8.056	8.056	8.056	8.056	8.056	0
Endividamento	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
EBITDA	1	16.021	16.021	16.021	16.021	16.021	0	1	13.498	13.498	13.498	13.498	13.498	0
Volume de Negócios	1	46.776	46.776	46.776	46.776	46.776	0	1	42.643	42.643	42.643	42.643	42.643	0
Gastos Operacionais	1	30.823	30.823	30.823	30.823	30.823	0	1	29.881	29.881	29.881	29.881	29.881	0

Fonte: SIRIEF

Tabela 37 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	804	854	-50	402	402	640	2	5.006	4.875	131	2.503	2.503	3.354
Endividamento	2	113.680	113.406	274	56.840	56.840	79.997	2	97.652	97.249	403	48.826	48.826	68.480
EBITDA	2	6.030	4.711	1.320	3.015	3.015	2.398	2	10.707	10.332	374	5.353	5.353	7.041
Volume de Negócios	2	113.217	105.064	8.153	56.608	56.608	68.526	2	112.380	104.984	7.396	56.190	56.190	69.005
Gastos Operacionais	2	107.869	101.157	6.712	53.935	53.935	66.783	2	96.321	89.329	6.991	48.160	48.160	58.222

Fonte: SIRIEF

**Tabela 38 – Saúde: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	26	-130.208	1.635	-23.480	-5.008	-3.975	5.980	26	-87.179	8.919	-39.281	-3.353	-1.250	8.527
Endividamento	26	235	175	0	9	0	36	26	235	175	0	9	0	36
EBITDA	26	-81.035	4.151	-18.538	-3.117	-2.092	5.080	26	-36.391	11.737	-33.654	-1.400	-101	7.873
Volume de Negócios	26	1.595.720	182.857	13.373	61.374	41.196	47.431	26	1.563.583	177.083	12.885	60.138	41.512	45.723
Gastos Operacionais	26	1.741.187	200.525	12.315	66.969	48.943	53.032	26	1.671.556	201.583	12.057	64.291	44.450	51.583

Fonte: SIRIEF

Tabela 39 – Transportes e armazenagem: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	13	-254.469	9.827	-123.905	-19.575	111	39.858	13	-293.484	8.524	-126.027	-22.576	-10	44.986
Endividamento	13	20.154.338	8.409.973	0	1.550.334	92.977	2.534.063	13	20.246.641	8.402.205	0	1.557.434	98.861	2.533.229
EBITDA	13	304.507	307.232	-41.023	23.424	4.354	86.964	13	343.752	317.861	-26.804	26.442	5.136	88.363
Volume de Negócios	13	973.478	563.190	0	74.883	22.281	150.426	13	1.022.472	620.850	0	78.652	21.427	166.183
Gastos Operacionais	13	686.651	308.157	311	52.819	22.618	84.663	13	736.051	355.101	291	56.619	24.633	96.639

Fonte: SIRIEF

